

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS – DCA**

Fernando Coll Casaccia

**BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO
PARA POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL:
perspectivas de implementação no bairro Cascata em Porto Alegre**

Porto Alegre

2015

Fernando Coll Casaccia

**BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO
PARA POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL:
perspectivas de implementação no bairro Cascata em Porto Alegre**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Mercedes Sarria Icaza

Porto Alegre

2015

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral: analisar as perspectivas de implementação de um banco comunitário de desenvolvimento no bairro Cascata em Porto Alegre observando os elementos favoráveis e os desafios nesse processo. Para isso, teve como objetivos específicos levantar as condições econômicas e sociais da região, identificar a presença ou ausência de iniciativas associativas, revelar os empreendimentos de economia solidária no bairro, e reconhecer algum grupo articulado e disposto a mobilizar a comunidade na implementação de um BCD. A metodologia utilizada foi de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, a partir da utilização das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, entrevista semiestruturada com uma liderança na região e através de observação participativa na comunidade, a fim de, obter as informações necessárias para a conclusão do problema. Constatou-se que o bairro está empobrecido, com alto consumo externo à região, sendo este o principal desafio a ser superado. Os principais desafios para a implementação do BCD são: a necessidade de redinamizar a organização atual do bairro, sensibilizando para uma mudança cultural e transformando-a em uma cultura de cooperação solidária, voltada para o bem da coletividade; se apropriar das dinâmicas produtivas para poder articulá-las; a ausência de uma associação comunitária e ampliar o envolvimento dos atores sociais da comunidade. Por outro lado, constatou-se que os elementos favoráveis à criação do BCD são o histórico de organização entre os atores da comunidade, bem como o apoio da Escola Estadual Professor Oscar Pereira e da UFRGS. Verificou-se, ainda, a existência de um empreendimento de economia solidária, o grupo Misturando Arte reconhecido como grupo motivado a implementar o BCD.

Palavras-chave: Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Economia Solidária. Bairro Cascata. Finanças Solidárias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 REVISÃO TEÓRICA	9
1.1 HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	13
1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO	15
2 AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS E OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	26
2.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	27
2.2 FUNDOS SOLIDÁRIOS	29
2.3 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
4 – ANÁLISE E RESULTADO: O BAIRRO CASCATA E OS FATORES DE IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO.....	45
4.1 O BAIRRO CASCATA: CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DE ORGANIZAÇÃO	45
4.2 O EES MISTURANDO ARTE: UM HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO	49
4.3 ELEMENTO FAVORÁVEL: O MISTURANDO ARTE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	52
4.4 PRODUÇÃO E CONSUMO.....	55
4.5 A RECEPÇÃO DA IDEIA DO BCD E SUA APROPRIAÇÃO PELA COMUNIDADE – SENSIBILIZAÇÃO INICIAL.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES	69
ANEXO	73

INTRODUÇÃO

No Brasil há um contraste social relevante, pois ao mesmo tempo em que figura entre as oito maiores economias do mundo, encontra-se, também, entre as nações mais desiguais, com nível preocupante relativo à distribuição de renda¹ e, conseqüentemente, parte significativa da população vive em condições de pobreza. O crescimento econômico não engloba toda a população e mantém as riquezas concentradas em posse de determinados grupos.

O mito de que a Terceira Revolução Industrial, somado à força expansionista dos mercados, abarcaria toda a população, proporcionaria o desenvolvimento geral e beneficiaria a todos, sucumbiu. Isso porque o capitalismo não tem capacidade, ou, pelo menos, não teve em toda sua história, de integrar a sociedade e organizá-la de forma incluyente. Assim sendo, supor uma sociedade livre e justa, seria por meio de uma organização social com princípios diferentes daquela que, atualmente, é hegemônica.

Conforme Termes (1989, *apud* MOURA; LOIOLA; LIMA, 1999), até 1970, as políticas de desenvolvimento foram guiadas pela ideia de que haveria uma correção ou atenuação dos desequilíbrios regionais. As medidas centrais se baseavam pela correção da distribuição de renda entre as diferentes regiões, advindas de uma concepção redistributiva e compensatória. O tema do desenvolvimento econômico local aparecia como parte de uma preocupação com o desenvolvimento regional e como extensão das teorias que explicavam o desenvolvimento econômico nacional.

Já, a partir dos anos 1980, intensificou-se, o debate sobre as possibilidades de gestão local do desenvolvimento econômico. Buscar alternativas para enfrentar o desemprego estrutural, derivado do novo paradigma tecnológico, eram mudanças no cenário mundial e fizeram com que a questão do desenvolvimento local se consolidasse como uma problemática própria (e não mais como uma parte da discussão regional), requerendo iniciativas direcionadas especificamente para esse fim. A intervenção direta dos governos nacionais, assim como a utilização das condutas tradicionais, anteriormente abordadas mostravam-se insuficientes em face da nova realidade.

¹ Ver índice de pobreza e desigualdade no Brasil no "Relatório do Desenvolvimento 2014 – Sustentar o Progresso Humano: reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Portanto na visão dos teóricos do desenvolvimento local, o sucesso da gestão local do desenvolvimento depende, em parte, do poder de mobilização e de engajamento dos seus agentes sociais e da capacidade demonstrada por eles para pensar o local de forma integral, para que seus recursos produtivos sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas efetivas (TERMES, 1989, *apud* MOURA; LOIOLA; LIMA, 1999).

O desenvolvimento sem exclusão de grupos, como acontece, depende de uma organização social com objetivo fim o bem-estar humano e não o lucro, pautada pela redefinição de conceitos e práticas econômicas e pela não prevalência dos valores individualistas e da competição. Visto isso, a colaboração e a solidariedade, entre os participantes de um processo com esse propósito, tornam-se essenciais e uma das maneiras de se organizar produção, consumo, serviços e distribuição de riquezas diversa da capitalista é conhecida como Economia Solidária (ES). Sua teoria e experiências existentes serão abordadas nesse trabalho.

A economia solidária surge como alternativa na busca de um modelo sustentável de desenvolvimento tendo outra visão de economia. Ela objetiva o desenvolvimento territorial local por meio de princípios cooperativistas, autogestionários, com valores democráticos e igualitários. Essa economia induz um desenvolvimento endógeno, articulando as capacidades, recursos e potencialidades da comunidade, proporcionando uma produtividade com base em um novo conceito de economia, e exercendo novas atividades por meio do associativismo e da autogestão, de modo a fortalecer a solidariedade entre seus membros.

O surgimento e funcionamento dos BCDs está intrinsecamente ligado a processos de desenvolvimento local, funcionando como um instrumento fundamental para a organização comunitária e a dinamização de circuitos sócio-econômicos locais. Nas palavras de França Filho e Santana (2013) “os BCDs podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares a partir de dinâmicas associativistas locais e se apoiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território”. Preocupam-se em desenvolver o território investindo na produção, geração de serviços e no consumo local.

Mais do que propiciar o acesso ao crédito, o BCD investe em diversas ações visando à circulação das riquezas no local, através da moeda social circulante local, clubes de trocas, feiras, balcão de emprego, dentre outras. Assim, assume um

destacado papel de promotor do desenvolvimento local e da organização comunitária, ao articular, simultaneamente, produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local (REDE, 2006).

A partir do conhecimento da experiência dos BCDs em diferentes regiões do país se apresenta o interesse por aprofundar seu estudo, sendo este o foco deste trabalho. De fato, surgindo há mais de 15 anos em uma favela de Fortaleza, o pioneiro Banco Palmas, expandiu essa experiência exitosa pelo país e atualmente encontra-se mais de uma centena de BCDs mostrando resultados positivos no desenvolvimento local.

No final de 2014, aparece a perspectiva de desenvolver-se um BCD na Região Sul, especificamente em Porto Alegre, contando com o apoio do Núcleo de Gestão Alternativa (NEGA)², a partir do trabalho do grupo Misturando Arte, um empreendimento de economia solidária, inserido no bairro Cascata³. Essa aproximação é recente e, por isso, ainda está no processo de análise sobre a viabilidade de implementação de um BCD na região. A pesquisa deste trabalho tentou auxiliar o diagnóstico do NEGA sobre a região proposta para implantação, refletindo sobre o potencial de contribuição de um BCD para o bairro e as perspectivas desse processo.

Apesar de, geralmente os BCDs contarem com recursos e apoios externos para sua implementação, sabe-se que a grande força dos BCDs está em seu caráter de forte dinâmica comunitária e sua perspectiva de desenvolver processos endógenos. Nesse sentido é contraditório com uma dinâmica de fora para dentro, porque sem uma base comunitária ele não se sustenta. Trata-se então de aprofundar que elementos na própria dinâmica da comunidade existem para auxiliar na implementação do BCD, os fatores que possam contribuir, servir de apoio e se apropriar deste processo.

Sendo assim, surge a questão sobre qual o potencial de contribuição de um BCD. Entretanto, visto que o processo está em fase inicial, este trabalho se colocou como problema quais as perspectivas de implementação de um BCD no bairro

² O Núcleo em gestão Alternativa (NEGA) da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) trabalha com pesquisa e extensão estudando experiências de trabalho que se distinguem dos modelos organizacionais hegemônicos. No momento, está trabalhando em um projeto sobre práticas associativas com um EES, com vista a impulsionar a criação e o funcionamento do primeiro BCD do Rio Grande do Sul (RS).

³ Bairro da Região Glória de Porto Alegre, de baixo nível socioeconômico e com um histórico de organização comunitária, atualmente com pouca atividade.

Cascata em Porto Alegre, analisando os elementos favoráveis e desafios para esse processo.

O objetivo geral do trabalho é analisar as perspectivas de implementação de um BCD, observando os elementos favoráveis e os desafios nesse processo. Para o alcance do problema foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) levantar as condições econômicas e sociais da região; b) identificar a presença ou ausência de iniciativas associativas; c) revelar os empreendimentos de economia solidária no bairro; d) reconhecer algum grupo articulado e disposto a mobilizar a comunidade na implementação de um BCD.

A relevância deste tema está, sobretudo, na importância de construção de alternativas ao modelo hegemônico representada por estes tipos de experiências, como na possibilidade de contribuir com processo concreto de construção. A busca por processos que contribuam com o bem-estar e o desenvolvimento social, conforme percebido nas experiências dos BCDs, é intrínseca ao curso de Administração Pública e Social que, entre outros objetivos, visa refletir sobre formas justas de organização da sociedade em relação à produção e distribuição de riquezas.

Este trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução. No primeiro capítulo explora-se o conceito e as experiências da ES. No segundo capítulo, apresentam-se as finanças solidárias, contextualizando o surgimento dos BCD no Brasil, bem como o conceito, as práticas e suas características. Em seguida, relata-se o procedimento metodológico adotado neste estudo e no último capítulo é feita uma descrição da região estudada concomitantemente a uma análise da implementação do BCD no bairro, explorando os pontos favoráveis e desafios da comunidade para tanto. Por fim, expõem-se as considerações finais.

1 REVISÃO TEÓRICA

A pobreza e a desigualdade, infelizmente, são elementos presentes na realidade dos países, principalmente os subdesenvolvidos, onde tornam-se mais evidente. Diversos estudiosos abordam o tema e surgem diferentes correntes apontando as causas do problema, entre estes, um notório estudioso do assunto, Karl Marx (1818 – 1883) que em sua obra *O Capital*, explica a influencia do sistema capitalista nas desigualdades e o quanto esse sistema gera pobreza em virtude de suas relações de classes, a dominação dos detentores dos meios de produção e da necessidade imperiosa de manter um excedente de trabalhadores empobrecidos para exploração futura, o “exército industrial de reserva”. Para ele, a desigualdade é resultado da divisão de classes, considerou as desigualdades sociais, no capitalismo, como produto de um conjunto de relações pautadas na propriedade, entre aqueles que detêm os meios de produção e os trabalhadores, que só têm a força de trabalho para garantir a sobrevivência. Para que esse sistema funcione é necessária à existência de trabalhadores desprovidos dos meios de produção; a desigualdade, portanto, depende do modo como a sociedade organiza a produção e a distribuição das riquezas. O poder de dominação devido à propriedade privada dos meios de produção, a competição e a individualidade é que dão origem a essas desigualdades. Neste sistema uma classe produz e a outra domina, portanto, as classes sociais salientam as desigualdades da sociedade capitalista nessa relação de capital versus trabalho (MARX, 2013).

O desenvolvimento, até meados de 1970 foi guiado pela ideia de que haveria uma correção ou atenuação dos desequilíbrios regionais. As medidas centrais se baseavam pela correção da distribuição de renda entre as diferentes regiões, advindas de uma concepção redistributiva e compensatória. O tema do desenvolvimento econômico local aparecia como parte de uma preocupação com o desenvolvimento regional e como extensão das teorias que explicavam o desenvolvimento econômico nacional centralizado. Essa visão se baseava na concepção de que o desenvolvimento local aconteceria de fora para dentro, o motivo propulsor do desenvolvimento seria externo ao local, advindo da corrente de pensamento neoclássica keynesiana e institucional (TERMES, 1989, *apud* MOURA; LOIOLA; LIMA, 1999).

Subsequente a essa visão, a partir da década de 1980 aumenta a discussão sobre a concepção do desenvolvimento econômico. No cenário mundial há uma crise fiscal do Estado, então se busca alternativas para solucionar o problema do desemprego estrutural ocasionado pelo novo paradigma tecnológico. Assim, o desenvolvimento local é pensado direcionado ao território e não derivado de um desenvolvimento nacional com modelos pré-definidos. Portanto,

“na visão dos teóricos do desenvolvimento local, o sucesso da gestão local do desenvolvimento depende, em parte, do poder de mobilização e de engajamento dos seus agentes sociais e da capacidade demonstrada por eles para pensar o local de forma integral, para que seus recursos produtivos sejam valorizados” (TERMES, 1989, *apud* MOURA; LOIOLA; LIMA, 1999).

Tradicionalmente as políticas de desenvolvimento centralizado demonstraram incapacidade ao tentar solucionar os problemas habituais. No passar dos anos, demonstram a impossibilidade de proporcionar o bem-estar geral, a inter-relação dos locais com processos dinâmicos, de potencializar a produção e de fomentar a comercialização. Por conseguinte a ideia de desenvolvimento local floresce como saída para os problemas não resolvidos. Essa concepção permite refletir os problemas públicos a partir do território.

Em períodos de crise, as alternativas para o desenvolvimento se propagam e ficam em evidência. No início dos anos 1990, em muitos países, o desemprego estava em alta assombrando a população e com isso aumenta a procura das vias alternativas. Os países subdesenvolvidos apostam para a resposta desse problema em uma via de crescimento econômico, desconsideram os limites na absorção e geração de emprego através da inserção por meio do processo convencional apostando na “indústria da microfinança” (FRANÇA FILHO, 2008). Essa estratégia o autor chama de “via insercional-competitiva” baseado no princípio utilitarista e busca a solução através do indivíduo, é baseada em uma ética de competição. Já a alternativa a essa solução vem pela mão oposta, baseada no coletivo, em uma ética de cooperação a qual o autor denomina de “via sustentável-solidária” e requer uma visão de economia distinta da hegemônica.

A partir desse quadro, se faz necessário pensar outro sistema de desenvolvimento para a sociedade. Para isso, pode-se pensar em um modelo de desenvolvimento com caráter mais solidário, coletivo e não, como às vezes é pensado à noção de progresso material a partir do indivíduo. Este é um pensamento decorrente de uma visão positivista que avalia o caráter do desenvolvimento

baseado em taxas de crescimento e indicadores econômicos. Quanto a esta visão humana do desenvolvimento, presume o crescimento econômico como um meio, para independência e não como um fim, pois o objetivo são as pessoas e não os objetos. O grau de desenvolvimento local e sua sustentabilidade num território supõe um equilíbrio dinâmico entre as dimensões que permeiam a vida das pessoas. Dimensões estas interligadas e indissociáveis: econômica, social, cultural, política e ambiental (FRANÇA FILHO; SANTANA JUNIOR, 2007).

Considerando as causas da pobreza e da intensa desigualdade estruturais, deve-se buscar supera-las coletivamente e através desse pensamento que se sustenta a importância dos atores na esfera territorial como agentes promotores do desenvolvimento através de uma visão integrada utilizando-se de suas potencialidades. Valorizam-se, assim, soluções endógenas mediante as relações sociais e atividades produtivas que emergem como indutoras do desenvolvimento local. E acreditando na capacidade dos atores locais de se organizarem a fim de promoverem seu desenvolvimento com bases em suas potencialidades e em sua realidade cultural. Consequentemente, promovendo uma capacidade de construção do seu próprio desenvolvimento, sendo, ao mesmo tempo, sujeito e beneficiário. A articulação com os diversos atores envolvidos, por meio de um processo de construção de redes locais é fundamental para a longevidade desse outro modelo de desenvolvimento, a fim de fortalecer sua implantação e proporcionar continuidade. A promoção do desenvolvimento é orientada pelas necessidades e vontades dos atores locais. Sua indução é provocada pela capacidade desses atores em articular suas potencialidades, seus setores produtivos com os setores sócio-culturais.

“representantes dos setores cooperativistas e associativistas da sociedade organizada, além dos gestores governamentais e dos participantes de organizações não governamentais afirmam que o modelo político e econômico hegemônico capitalista é incapaz de garantir trabalho para todos e orientar um novo paradigma de sociedade” (IPEA, 2011).

Compulsório é buscar alternativas que contemplem o desenvolvimento da população. O desenvolvimento com tal caráter deve buscar uma ação de enfrentamento às manifestações de pobreza e visar outros conceitos de produção e distribuição de riqueza. As práticas contra hegemônicas são percebidas, em maior parte, localmente. Uma das alternativas de organização que visa o desenvolvimento local encontra-se nos princípios da economia solidária.

“não simplesmente como forma de mitigação da pobreza que considera a questão ambiental, mas como alternativa de organização do trabalho, com base em uma pluralidade de práticas colaborativas. Por isso afirma-se que a

economia solidária não deve ser considerada um setor, mas deve ter caráter transversal, multissetorial e de integração entre os entes federativos, de forma que tais políticas possam se voltar para o conjunto da sociedade.” (IPEA, 2011).

A sociedade civil é o ator principal desse processo de construção coletiva e não pode depender nem do Estado como agente principal e nem das elites econômicas. Para tal, as pessoas da comunidade devem participar diretamente dessa transformação e assim construir sua identidade para seu empoderamento, se posicionando como ator capaz de decidir sobre esse desenvolvimento. Tomando por base esse pensamento, participar ativamente significa tomar parte nas deliberações e decisões das ações a serem implantadas. Significa construir coletivamente o planejamento e realiza-lo da mesma forma com igualdade dos atores nas decisões e assim atingir a autogestão, o último degrau, com maior nível de participação, proposto por Sherry R. Arnstein (2002),⁴ promovendo, horizontalmente, a emancipação da comunidade com uma transformação consciente da realidade local.

Para Bordenave (1983), a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Para o autor “[...] a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são comida, o sono e a saúde”.

Se esta parcela da população está empobrecida, se deve ao fato dela ter sido excluída das tomadas de decisões. A participação efetiva nas tomadas de decisões é fator imprescindível na emancipação dos excluídos e esse princípio democrático é condição indispensável para o desenvolvimento local.

Em um processo baseado numa ética de cooperação a solidariedade emana como elemento primordial, de maneira estruturante desta plataforma do desenvolvimento local. Este conceito de desenvolvimento territorial com uma perspectiva de equilíbrio das diversas dimensões dialoga com a prática da Economia Solidária.

Este trabalho busca abordar uma concepção de organização territorial conhecida no Brasil como Economia Solidária. Se expressa na conscientização e organização de seus atores sobre o consumo responsável. Fortalece as relações entre o campo e a cidade, produtores e consumidores, permitindo uma ação mais

⁴ Ver Tabela 01 ao final deste trabalho. Encontrada em ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

crítica e pró-ativa sobre qualidade de vida, alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica, quais sejam, trabalho, produção, meio ambiente e as relações estabelecidas entre os agentes na consecução de seus objetivos em comum. Ademais,

“Chamamos de economia solidária as formas de organizar a produção e/ou distribuição que aplicam como princípio a democracia na tomada de decisões e a equanimidade (justiça) na distribuição dos resultados. A economia solidária faz com que numerosos desempregados ou pessoas que carecem de trabalho e renda adequados possam juntar seus esforços para se reintegrar coletivamente à produção social, em vez de tentar isoladamente - como microprodutores - ganhar a vida.” (SINGER, 1999).

Manifesta-se como uma resposta às mudanças estruturais de ordem econômica e social ocorridas no mundo no final do século XX, quando se visualizam milhões de trabalhadores que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência. Percebe-se a atuação dessa economia no mundo inteiro, porém o termo Economia Solidária é criado no Brasil. Sua origem no país se dá em consequência ao modelo tradicional de organização do trabalho capitalista que, fragilizado, gerou informalidade e precarização dos contratos de trabalho em uma conjuntura de desemprego em massa. Surge, então, a necessidade de encontrarem alternativas para gerar renda, e por não aceitarem a realidade imposta, lutam por um futuro pautado na solidariedade e na igualdade. Esta nova realidade contribui para o surgimento de novos atores sociais e construção de novos espaços institucionais.

1.1 HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária foi uma alternativa para enfrentar o desemprego, a fome e a miséria que atingiram milhões de brasileiros na década de 1970. Nessa época a crise do petróleo assolava o país. Ainda sem este nome o movimento da economia solidária surgia como opção para o desemprego gerado, contudo, transformou-se em um modelo de promoção da inclusão social e que propõe uma ressignificação do trabalho.

Inicialmente a Igreja, através da Cáritas, foi quem começou a organizar os desempregados para que eles voltassem a trabalhar. Seguido da Cáritas, os sindicatos e as universidades fazem o mesmo papel. Nesse período diversas empresas vieram à falência e nesse momento os sindicatos entram em cena.

Percebem que os trabalhadores poderiam salvar seus empregos tomando conta das empresas coletivamente, ao invés de adotarem a alternativa tradicional, de criar outra empresa capitalista. As fábricas não teriam seus patrões, a partir de então seus empregados seriam os responsáveis pela empresa, agora na forma de cooperativas de trabalho. Havia um processo de apoio e incentivo a esses esforços dos trabalhadores em fugirem e se libertarem da falta de trabalho através da solidariedade. A questão era projetar os princípios da economia solidária e cativar a união dessas pessoas com o objetivo de transformarem suas realidades. Como exemplos têm a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre/RS, a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Criciúma/SC e as cooperativas que operam as fábricas, em Recife e em São José dos Campos/SP, da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores (SINGER, 2002a).

Devido ao êxito dessas experiências surgem centenas de empresas recuperadas pelos seus trabalhadores e cria-se a Associação de Empresas Recuperadas (ANTEAG), especializada nessa atividade, bem como, a Campanha contra a Fome, as Incubadoras de Cooperativas Populares, a Agência de Desenvolvimento Solidário e a formação dos Fóruns Estaduais de Cooperativas (SINGER, 2002a).

As empresas recuperadas não demoraram mais do que poucos meses para reestabelecerem suas atividades. Isso revelou, na prática, a competência de gestão do trabalhador de administrar, coletivamente e sem patrões, uma empresa com sucesso. Esse foi o berço da economia solidária no país.

Trataremos desse movimento devido a crescente propagação dessas práticas alternativas no país. Procuraremos compreender a dinâmica organizativa do movimento, sua estrutura, como funciona, sua mobilidade na sociedade e sua propagação.

A Economia Solidária não é um movimento que se organiza no combate ao Estado nem tem a intenção de conquistá-lo e por isso dialogam com o poder público. São agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil, dinamizam as economias locais, gerando trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental e o conseqüente desenvolvimento em sua região de atuação. De acordo com Singer,

“o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção

dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana." (SINGER, 2002: 112)

Estas iniciativas de projetos produtivos coletivos dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, promove à preservação ambiental, a conscientização sobre o consumo responsável, o fortalecimento das relações entre campo e a cidade, entre os produtores e os consumidores. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considera o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Consiste em uma forma renovada de levar a todos os envolvidos no processo de desenvolvimento, o resultado das ações produtivas de maneira igualitária centrada na valorização do ser humano e não do capital, amplificando consideravelmente a parcela da sociedade beneficiada através das relações estabelecidas, levando a uma nova dinâmica de relacionamento entre o campo e a cidade. "Tal economia estimula, no território, um circuito integrado de relações sócio-econômicas envolvendo produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários de serviços, numa lógica de rede." (FRANÇA FILHO, 2007).

1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO

Essa concepção contra hegemônica de economia é percebida no mundo inteiro, mas esse nome "Economia Solidária" surgiu no Brasil, na década de 1990. Ainda aqui existem diversas pessoas que trabalham sob a economia solidária e não tem consciência disso por desconhecerem essa filosofia.

Além disso, esse não é o único termo para essa outra economia. O Movimento da Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os órgãos de gestão de políticas públicas utilizam "economia solidária", entretanto, outros grupos preferem utilizar "economia popular solidária". Desses, alguns

percebem como sinônimo, outros como um conceito com um significado um pouco diferente na identificação dessa economia.

Conforme Coraggio⁵ (1991) define, não é possível reduzirmos o entendimento de trabalho a apenas dois subsistemas, formais e informais, correto seria dividirmos entre; economia empresarial-capitalista, economia pública (empresarial estatal e burocrática estatal, não orientada para o lucro) e economia popular (CORAGGIO, 1991, *apud* ICAZA; TIRIBA, 2003).

Entretanto, nem todo empreendimento popular pode ser considerado um empreendimento de economia solidária já que naquela nem sempre está presente à cooperação, coletividade ou colaboração. É verdade, também, que nem toda “economia de solidariedade” é economia popular uma vez que é possível encontrar elementos de solidariedade em outros setores sociais. Nem sempre é fácil essa identificação do caráter da organização.

“Os elementos de definição que podem ser indicados como “consensuais” entre os estudiosos, dizem respeito (1) ao caráter coletivo dessas experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) à generalização de relações de trabalho não assalariadas e, finalmente, (3) ao exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.). Isto deixa de fora, de antemão, determinados tipos de cooperativas que poderiam ser confundidas com “iniciativas de economia solidária”, mas que não se reivindicam como tal e nem são assim consideradas, nem pelos estudiosos, nem pelos atores sociais: (a) as cooperativas tradicionais, com ampla utilização do trabalho assalariado e (b) as cooperativas de fachada, formações empresariais oriundas, de modo geral, do esforço de terceirização de empresas “tradicionais” ou gestores públicos, cujo objetivo é driblar a legislação – cada vez mais escassa – que protege os direitos dos trabalhadores em relação ao capital.” (CRUZ, 2002).

Essas duas (economia capitalista e economia solidária) são fáceis de ser distinguidas. As diferenças entre a economia capitalista e a economia solidária são gritantes. A primeira é baseada pela propriedade privada dos meios de produção e dos recursos financeiros, visa o lucro, emprego, distância entre o empregado e o patrão, mercado de trabalho, consumismo, concorrência, incentiva a competição e o individualismo. Já a segunda, é baseada na cooperação, no trabalho e não no emprego, na solidariedade, autogestão, confiança, prioriza o meio ambiente e com a concepção de que o fim não é o lucro, mas, sim, o bem-estar coletivo. Favorece a cooperação e a autogestão. Desse modo, a economia solidária intenta o desenvolvimento da comunidade, através da solidariedade, valorizando o ser humano e promove uma nova inclusão social com participação comunitária.

⁵ CORAGGIO, José Luis. Ciudades sin rumbo. Quito: Ciudad, 1991.

Para Moura e Meira (2002), na prática, a ES corresponde a variadas experiências organizacionais de caráter econômico, constituída pelas diversas formas de solidariedade, seja na busca de alternativas de emprego, seja numa perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo ou enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências.

É, portanto, baseada na democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. São sócios proprietários ou co-proprietários e exercem a gestão coletiva das atividades e dos resultados gerados. Exercitam a autogestão social restrita à unidade produtiva individual – embriões da transformação e transição da sociedade.

“Talvez a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. [...] A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão.” (SINGER, 2002).

Dessa forma, a produção, o consumo, a comercialização e os serviços se distinguem da forma tradicional e tem como premissa a participação, a solidariedade, a cooperação, a autogestão e a sustentabilidade. Na prática, os meios de produção dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), assim como os bens e serviços são de propriedade coletiva dos seus participantes. As decisões são tomadas em conjunto, pois todos são sócios e responsáveis pelos negócios.

Os EES's são as organizações típicas da economia solidária, eles se apresentam de diversas formas tais como associações produtivas, cooperativas populares, empresas recuperadas, clubes de trocas, bancos comunitários, entidades de apoio e assessoria, dentre outros. França Filho e Laville (2004) apresentam os EES's a partir de cinco elementos gerais. As características são assim explicitadas:

1. Pluralidade de princípios econômicos: seria o fato de esses empreendimentos trabalharem com várias práticas que seriam as mercantis; não mercantis e as não monetárias.
2. Autonomia institucional: seria a libertação desses empreendimentos do controle externo, para uma futura emancipação.
3. Democratização dos processos decisórios: seria a participação de todos os associados nas decisões do empreendimento colocando em prática a comunicação dialógica.

4. Sociabilidade comunitário-pública: seria o fato que nestes empreendimentos, deve existir a combinação das práticas profissionais com os padrões comunitários de trabalho.

5. Finalidade multidimensional: um empreendimento solidário apresenta várias dimensões, a econômica, a social, a cultural, a ambiental e a política, todas interligadas e em busca de um só resultado, o bem-estar da comunidade.

Por sua vez, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2013), apresenta características mais específicas desses empreendimentos, tais como: grupos coletivos que praticam a autogestão em trabalhos urbanos ou rurais, não são grupos eventuais e sim permanentes, independem de registro legal para existirem, as atividades econômicas são centrais no empreendimento podendo ser de produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, de comercialização ou de consumo solidário, e podem ter diferentes níveis como centrais de associação ou cooperativas, complexos cooperativos e redes de empreendimentos.

Os EES's estão presentes em setores como o da produção, da prestação de serviços, da comercialização e de crédito. Estes adotam um processo coletivo em todos os sentidos, tanto na posse dos meios de produção, como no processo de trabalho, como na gestão dos empreendimentos, diminuindo assim as relações assalariadas.

Embora a economia solidária tenha começado a se compor no país de forma significativa na década de 80, as articulação e discussões nacionais começaram a ser formadas no I Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre de 23 a 28 de Janeiro de 2001. Configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Algumas entidades nacionais, juntamente com o Governo do Rio Grande do Sul, decidiram constituir um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária para organizar as atividades da economia solidária no II e III Fórum Social Mundial, reunindo várias iniciativas de entidades nacionais e de organizações e redes internacionais ligadas ao tema (CONFERÊNCIA..., 2006).

Foi criada, em junho de 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A decisão do Governo Federal de criar a Secretaria Nacional

de Economia Solidária, respondendo às mobilizações feitas pelos movimentos sociais organizados em torno da economia solidária, significa uma mudança profunda nas políticas públicas de trabalho e emprego que visam à geração de renda e a garantia de direitos de cidadania da população menos favorecida na sociedade. As outras formas de trabalho associado e cooperado ganharam espaço e reconhecimento ao lado das demais políticas de geração de emprego.

É visível o crescente apoio do governo através de políticas públicas, aumentando o número de programas, integrando diversos atores que se articulam e buscam consolidar o tema de Economia Solidária como política estruturante. Compõem a estrutura da Economia Solidária as seguintes entidades de apoio, assessoria e fomento:

- ✓ Os Fóruns de Economia Solidária (FBES);
- ✓ A Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES),
- ✓ O Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES);
- ✓ O Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário (SNCJS);
- ✓ Centros Formação em Economia Solidária (CFES);
- ✓ Núcleos de Assistência Técnica da Economia Solidária (NEATES);
- ✓ Programas de desenvolvimento local/territorial (Brasil Local);
- ✓ PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares;
- ✓ Apoio a programas de microcrédito e bancos comunitários;
- ✓ Conselho e Conferências de ES;
- ✓ Leis estaduais e municipais, conselhos e programas;
- ✓ Universidades (Incubadoras e outros programas e projetos de extensão);
- ✓ Entidades ligadas a Igrejas e Sindicatos;

Entre os anos de 2010 e 2012, o SIES mapeou 33.518 mil Empreendimentos Econômicos Solidários no país. Em pesquisa feita anteriormente, de 2005 a 2007 havia identificado 21.859 EES. Destes, estavam associadas 1.687.496 pessoas, uma média de 77 pessoas associadas por EES.

Pertinente mencionar que em 17 de Janeiro de 2014 foi divulgada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando as principais regiões metropolitanas economicamente para o país. Entre elas, as de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre no período de março de 2002 a agosto de

2014, englobando pessoas de 10 anos ou mais. Foram contabilizadas a População Economicamente Ativa, (PEA), População Ocupada (PO), População Desocupada (PD) e a População Não Economicamente Ativa dessas regiões nesse período. Nessas regiões, com vínculos formais existem 23 milhões de trabalhadores, desses 11,3 mi com carteira assinada. Analisando esses dados, apesar de não englobarem na pesquisa, regiões interioranas e de outros estados, podemos perceber que existe uma parcela significativa da população de trabalhadores informais, que não usufruem de seus direitos.

Essa parcela se mobiliza e cria uma alternativa ao modelo existente, que é a Economia Solidária. Assim, os trabalhadores demonstram na prática a intenção e a capacidade de levar adiante suas lutas, sob formas cada vez mais autônomas e democráticas. A fim de afirmarem essas dinâmicas, ocorrem, nesse meio, debates intensos, para construção, tanto do ponto de vista teórico como prático. Essa nova organização visa pensar e conceber novas formas de organização do trabalho, alternativas às tradicionais. São neste campo que se inserem as Finanças solidárias.

“Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.” (SINGER, 2002).

Neste modelo os trabalhadores se organizam coletivamente em forma de associações, cooperativas populares, empresas autogestionárias, grupos de produção, redes de produção-consumo-comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras. Em suma, são organizações solidárias regidas por princípios da autogestão em busca de sua emancipação e inclusão social.

“A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.” (SINGER, 2002, p. 21).

É fundamental estudar o conceito de economia solidária. Na linha de Paul Singer, trata-se de uma organização do trabalho que se caracteriza pela propriedade

coletiva dos meios de produção e a conseqüente distribuição do resultado de forma igualitária, o que se contrapõe ao modelo tradicional.

“Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles - essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática [...]. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são diretrizes do coletivo [...]. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.” (SINGER, 2007).

No que concerne à projeção, objetivos e intenções dessas práticas, encontra-se uma divergência, entre Singer e Germer, pois Paul Singer considera ser uma reinvenção do modo de produção com características socialistas, que bem desenvolvida seria uma alternativa ao capitalismo e, com sua evolução, os trabalhadores optariam por essa nova organização, ao invés da forma capitalista.

“A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superaríamos suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc. uma vida melhor.” (SINGER, 2002: 114).

O autor compreende ser possível a superação do capitalismo, pois na economia solidária os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista. Essas dinâmicas podem vir a ser o meio em que haverá uma transformação na sociedade para o que ele entende como sendo o socialismo.

Em contraponto, Germer (2006) enfatiza sua crítica quanto à característica de transformação da Economia Solidária ao modelo capitalista baseado nas teorias de Marx. Disserta sobre a propriedade privada e a evolução dessa transformação. A autogestão e as práticas solidárias são novas formas de organização da base da sociedade, porém, não são entendidas como antagônicas ao modelo capitalista.

“No entanto, na medida que a forma jurídica capitalista da propriedade subordina de modo determinante todas as formas divergentes dela, as formas coletivas só podem desenvolver as suas potencialidades depois que a forma privada individual tenha sido abolida, o que só pode ocorrer, no entanto, no contexto de uma mudança social global do modo de produção, cujo cerne reside no caráter de classe do poder de Estado, e cujo componente essencial é a forma jurídica da propriedade. A defesa e garantia desta é a função central do Estado nas sociedades divididas em classes. Como se expôs acima, a forma jurídica da propriedade apenas expressa, na esfera jurídica, as relações de produção objetivamente

geradas pela configuração geral das forças produtivas. Como estas, porém, se desenvolvem gradualmente, geram ao desenvolver-se novas formas de apropriação, que aos poucos entram em conflito com a forma jurídica vigente da apropriação, de modo que a vigência desta passa a funcionar como obstáculo ao desenvolvimento das novas relações de produção e conseqüentemente das forças produtivas que lhe dão origem. O domínio da propriedade privada como forma jurídica geral da propriedade no capitalismo exerce precisamente este efeito de bloqueio sobre as novas formas que, no interior do capitalismo, são sintomas das mudanças mais profundas em curso. Conseqüentemente, para que estas se materializem, é necessário que a forma jurídica vigente da propriedade privada seja abolida, mas como ela é assegurada pelos instrumentos de força social concentrados no Estado, é a natureza do poder de Estado que é decisivo e necessita ser alterado como pre-condição da instituição do novo modo de produção. Marx manifesta isto claramente, sem por isto menosprezar o papel representado pelas fábricas-cooperativas como sintomas da emergência de novas realidades na base da estrutura social.” (GERMER, 2006).

Cruz (2002) é outro autor que diverge da linha de pensamento do SINGER e disserta sobre caráter dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES):

“O que chama a atenção é que as iniciativas de economia solidária não são – em que pese a posição afirmativa defendida por Paul Singer – empresas “socialistas” ou nem ao menos empresas “anticapitalistas”, quando isto se refere ao mercado tradicional. Todas essas empresas transacionam e buscam desesperadamente inserir-se no mercado capitalista, ainda que suas estruturas internas subvertam a forma tradicional de relação de trabalho sob quase todos os aspectos. Não há estudos sobre a longevidade das iniciativas, como há por exemplo em relação às pequenas e médias empresas. Tampouco não tem sido possível comprovar – do ponto de vista estrito da técnica administrativa – que as empresas autogestionárias ou cooperativas são intrinsecamente anticompetitivas, tanto para o “bem” (“elas não estão dispostas a competir no mercado capitalista”) quanto para o “mal” (“elas são tecnicamente incapazes de competir”).” (CRUZ, 2002).

Importante mencionar que a noção de economia solidária vai além da análise de projetos isolados, mas sugere um novo relacionamento entre a economia e a sociedade. Esse conceito reporta a perspectiva da regulação social, vista como um projeto político em razão de suas características fundamentais e de seu histórico. Considerando a nova forma de regulação da sociedade, é um reconhecimento de nova forma de sustentação do modo como às pessoas vivem em sociedade, além do Estado e mercado, conforme destaca França Filho:

“Trata-se aqui de um dos traços característicos do fenômeno chamado de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem, ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário). Essas experiências lidam portanto com uma pluralidade de princípios econômicos, uma vez que os recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade, via uma lógica de dádiva. (FRANÇA FILHO, 2002) “

Além desse aspecto, há também a construção conjunta da oferta e da demanda, em que os serviços prestados por meio das iniciativas são vinculados às demandas de cada lugar. Essa característica é um importante diferencial da economia e da economia de mercado, pois nesta a separação entre oferta e demanda é genérica, enquanto naquela contempla a ação dos grupos na resolução de suas questões sociais. “Na prática, pois, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade” (FRANÇA FILHO, 2002). Resta claro que a economia solidária possui condições de se estruturar seja em nível local, regional ou nacional, havendo uma libertação pela solidariedade.

Considerando o mencionado nesta construção teórica sobre a economia solidária, podem-se considerar quatro categorias de atores ou instâncias organizativas que compõem o campo da economia solidária no país. Vejamos,

“A primeira é constituída pelo que poderíamos definir como organizações de primeiro nível: os empreendimentos econômicos solidários (EES). Uma segunda categoria de atores, as organizações de segundo nível, reúne as entidades de apoio e fomento (EAF). A terceira categoria apresenta diferenças marcantes em relação às duas primeiras, por constituir-se quase que exclusivamente de formas de auto-organização política, ilustrada pelas redes e fóruns de economia solidária. Por fim, um quarto ator pode ser representado por uma espécie de nova institucionalidade pública de Estado. Dela são exemplos a rede de gestores de políticas públicas de economia solidária, a Secretaria Nacional para a Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e, ainda, uma série de outras instâncias políticas do Estado (secretarias, diretorias ou departamentos), que estão tentando construir políticas públicas de economia solidária em governos municipais ou estaduais.” (FRANÇA FILHO, 2007b).

Outrossim, Rosângela Barbosa, entende que essas práticas são importantes, porém, com visão de fomentar a inclusão de trabalhadores no sistema e assim, reduzir a exclusão e pobreza destes.

“O campo de proposições dos trabalhadores na área se sustenta na idéia de que a economia solidária seria uma estratégia de transformação política de desenvolvimento, baseada na desconcentração de capital e riqueza, no caso com o fomento dessas atividades não-assalariadas. Seu fortalecimento passaria pelo 1) acesso a crédito, equipamentos, instalações físicas, terra e tecnologia; e, pela, 2) associação coletiva das unidades produtivas para comprar, produzir e comercializar. Nessa direção, instrumentos de políticas públicas que dispersem o poder econômico colocam-se como ponto chave de crescimento e é nesse sentido que as unidades de economia solidária podem receber sinal estratégico, enquanto, potencial ativador de associações produtivas em territórios, localidades e regiões submersas na pobreza e desemprego. Uma participação local com chances de se fazer estável por força dessa articulação ao aparato produtivo do país e da associação autogestionária.” (BARBOSA, 2010).

A autora entende que seria uma estratégia para os trabalhadores mais desfavorecidos amenizarem as desigualdades geradas pelo sistema.

Em locais pobres a população tem dificuldades de acesso ao crédito para iniciar atividades produtivas ou de serviços e de formalizar seu funcionamento. A oferta tradicional de serviços financeiros não está conectada às demandas da população mais pobre pelo fato destes desenvolverem atividades produtivas diversificadas e em escala reduzida, além de não possuírem garantias patrimoniais como contrapartida exigida por aquelas instituições. Para obterem acesso a créditos nas instituições financeiras, que atuam sob o Sistema Financeiro Nacional, existem requisitos e exigências insustentáveis perante as suas condições financeiras. Quando os pré-requisitos são atingidos e a tomada do crédito se torna possível, normalmente não conseguem cumprir com as exigências do alto custo do crédito. Por esta razão necessitam de apoios financeiros ou de créditos que atuem baseados em outra lógica de mercado e é nessa perspectiva que nascem as Finanças Solidárias, visando financiar o desenvolvimento local.

Os inúmeros problemas e dificuldades inerentes ao processo para acesso ao crédito e os serviços financeiros através dos bancos comerciais, pela classe mais baixa, despertam a necessidade desses excluídos se mobilizarem a construir outra lógica para acesso aos serviços financeiros, com outros princípios. O sistema financeiro tradicional visa o lucro, assim almejando o aumento de seus negócios. Por mais que se aproprie do discurso da inclusão social, são os objetivos do mercado capitalista que movem suas ações. Indispensável destacar que 46% dos Empreendimentos da Economia Solidária mapeados pelo Sistema Nacional de Economia Solidária SIES (2005) não são cadastrados na Receita Federal e, portanto, não podem exercer legalmente as atividades de mercado.

O sistema de finanças solidárias, ao contrário do sistema financeiro tradicional, é a:

“constituição de formas de democratização do sistema financeiro quando se procura adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável.” (COELHO, 2003).

Estas experiências se integram ao funcionamento de uma economia alternativa. Na economia capitalista, este sistema financeiro se transforma num poderoso instrumento de concentração e centralização do capital. Diferentemente desse sistema financeiro capitalista, as finanças solidárias promovem produtos financeiros que permitam uma democratização das relações econômicas, que respondam às necessidades básicas de cada comunidade, que criem condições para um desenvolvimento humano, que fortaleçam o trabalho social acumulado em cada território, que priorizam os excluídos do sistema bancário tradicional e que tenham suas ações pautadas pela ética e pela solidariedade (COELHO, 2003).

Coelho (2003) aponta a diferença entre as microfinanças e as finanças solidárias. Aquelas se transformaram apenas em um sistema de pequenos créditos, que trabalha com produtos compatíveis com as possibilidades e limites da renda da população excluída do sistema tradicional, já estas ampliam a noção de microfinanças, tirando-a do pequeno gueto que está colocada a economia popular quando trabalhamos com pequenos créditos e principalmente voltados para capital de giro. Ou seja, trata-se de organizar as relações de poder e solidariedade no interior do processo produtivo. Seu sentido supera apenas um acesso ao mercado, mas promove a democratização das relações econômicas e a expansão de formas de cooperação e de solidariedade.

Deste modo, as finanças solidárias se inserem

“na produção social de economia solidária e devem ser vista como um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores; configurando novas regras e novos marcos legais. Insere-se como elemento central destas relações de força o poder da moeda. Em particular, no caso das finanças solidárias ele assume uma dimensão de meio de pagamento, funciona como forma de operacionalizar um sistema de garantia e de crédito, ou ainda como reserva de valor no caso da poupança ou do seguro.” (COELHO, 2003).

Nessa perspectiva, as finanças solidárias oferecem novos instrumentos como forma de sanar as necessidades de crédito para a produção e circulação através de variadas práticas ligadas ao crédito, financiamento, moeda e formulando alternativas nesse sentido, mediante forma democrática e solidária. Deste modo, viabiliza o acesso aos serviços financeiros, diverso dos existentes no sistema atual, objetivando a promoção do desenvolvimento local e tendo como resultado um novo arranjo econômico local.

As finanças solidárias são utilizadas, na prática, principalmente por três instrumentos: as Cooperativas de Crédito Solidário, os Fundos Solidários e o Bancos

Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Essas práticas proporcionam a inclusão social de uma forma qualificada. Não é só de concessão de crédito e oferta dos demais serviços financeiros que se faz às finanças solidárias. Seu grande diferencial se dá pela proximidade com seus beneficiários e com ajuda mútua fortalecem os laços comunitários. São acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização com base em relações de confiança e com o foco na valorização do ser humano.

Apresenta-se sob diversas formas com suas características específicas: créditos orientados, bancos comunitários, poupança solidária, fundos éticos de investimento, fundos solidários, cooperativas de crédito, clubes de trocas solidárias entre outros. Além de representar uma alternativa para promover a inclusão financeira por meio da democratização de acesso ao crédito, as finanças solidárias apresentam potencial para promover o desenvolvimento territorial das comunidades pobres alinhadas com as estratégias do governo federal para eliminar a pobreza e promover o desenvolvimento territorial descentralizado, inclusivo e sustentável, com base em princípios da economia solidária.

Conforme já citado, o campo das finanças solidárias é amplo e contempla diversas formas neste sistema. Segue-se uma breve explicação de dois instrumentos com esse caráter que são as Cooperativas de Crédito Solidário e os Fundos Rotativos Solidários além de uma contextualização dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento os quais serão objeto de pesquisa deste trabalho.

2 AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS E OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

A dinâmica social que será estudada é uma das opções, não tradicionais, de organização da sociedade civil para o sistema financeiro. Chamada de Finanças Solidárias visa o desenvolvimento através da organização comunitária, de forma igualitária, viabilizando a economia solidária, a fim de transformar as relações de poder existentes, pautado na centralidade da autogestão, da solidariedade e democracia. Organizadas, primordialmente pela base produtiva da sociedade a fim de fomentar novos empreendimentos e dar apoio e crédito a projetos produtivos sociais que, geralmente, encontram dificuldades nas vias tradicionais. Com isso

pretende possibilitar meios de emancipação social das comunidades envolvidas por meio da economia solidária.

O cenário das finanças solidárias visa suprir o acesso aos serviços financeiros e as políticas públicas de desenvolvimento, principalmente de comunidades carentes, fomentando uma dinâmica de débito e crédito com o objetivo de organizar as relações sociais, buscando um equilíbrio entre a oferta e a demanda de recursos financeiros e estabelecendo novas relações de poder, que se dão em espaços públicos de proximidade (SENAES, 2010). As finanças solidárias são importantes, pois proporcionam o acesso ao crédito e possibilitam outros circuitos, como, por exemplo, experiências de moedas locais como forma de empoderamento. Nas palavras de Passos (2007), refere-se a um conjunto de experiências que, no âmbito da ES, contribui para a democratização do sistema financeiro, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, pautando-se na ética e na solidariedade e apontando para o desenvolvimento humano integrado e sustentável.

Esses serviços financeiros não se limitam a concessão de crédito, pretendem, também, orientar uma organização das economias locais, possibilitando a geração de trabalho e renda. Contudo, o cadastramento nacional dos EES identificou o acesso ao crédito como sendo um dos dois maiores problemas apontados pelos trabalhadores desse setor (SENAES, 2006).

O campo das finanças solidárias é amplo e contempla diversas formas neste sistema. Entre os instrumentos que compõem as Finanças solidárias no Brasil, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário, existem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Abaixo, uma breve explicação das duas primeiras metodologias mencionadas seguido por uma contextualização dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento os quais serão objeto de pesquisa deste trabalho.

2.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As Cooperativas de crédito têm como propósito prestar assistência de crédito aos seus associados. Elas podem captar recursos junto aos seus associados para fazer circular essa riqueza. A primeira cooperativa de crédito da América Latina foi criada no Brasil no estado do Rio Grande do Sul, no início do século XX. Depois de criada a primeira, a prática foi se multiplicando e se espalharam pelo estado e pelo país. Com a ditadura, em 1964, enfrentaram dificuldades, mas ganharam força com

a constituição de 1988. Ao final da década de 90 os grandes sistemas de cooperativas estavam verticalizados limitando a participação da população de baixa renda. A partir desse momento surgem as cooperativas de crédito solidário, em sua maioria, fruto da mobilização de movimentos sociais.

Atualmente, há três grandes sistemas de cooperativas no Brasil que são baseados em estruturas parecidas com a bancária. O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), estes possuem seus próprios bancos cooperativos e o terceiro, o Sistema Unicred Brasil (Unicred) ainda sem banco (Búrigo, 2010).

Além destes, há iniciativas sendo implementadas como alternativas, visando a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, na mais da vez, no âmbito rural, local tradicionalmente excluído do sistema financeiro nacional. As Cooperativas de Crédito Solidário atuam baseados nos preceitos originais do cooperativismo e buscam enfrentar problemas subsequentes da pobreza, como falta de recursos, por exemplo.

Esse segmento articulou-se e após anos de reuniões e discussões fundou, em 2004 a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL) a primeira entidade nacional do segmento cooperativo do país no campo das finanças solidárias. Têm por finalidade:

- Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização;
- Atuar no mercado gerando benefícios para os cooperados;
- Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade;

Fundamenta-se por um conceito solidário visando apoio de crédito à camada social menos favorecida, assim como, busca fortalece-la cultural, política e socialmente. Conseqüentemente essas cooperativas de crédito solidária dependem de uma forte relação com a realidade local da comunidade. A maioria delas atua, principalmente, no segmento rural.

A associação é formada pelos sistemas: Ecosol, Crehnor, Integrar, Creditag, Ascoob e Cresol. Atualmente ela integra cerca de 200 cooperativas singulares, presentes em dezessete estados da União com um quadro social de mais de 205 mil associados (ANCOSOL, 2008).

As cooperativas de crédito são criadas por pessoas que se reúnem e criam entre elas suporte para gerarem suas poupanças, a fim de que estes recursos

possam ser emprestados aos próprios associados. Sem fins lucrativos, objetivam a qualidade e o custo dos serviços prestados. Seguem a doutrina do preço justo para o produtor e o preço justo para o consumidor. Isso acarreta em acesso simplificado para os associados adquirirem financiamentos com taxas de juros mais baixas, inclusive a longo prazo, vantagem essa que os bancos comerciais normalmente não disponibilizariam a esse público.

2.2 FUNDOS SOLIDÁRIOS

Os fundos solidários têm por objetivo fomentar alternativas de trabalho e renda associativas e solidárias. Constituem uma poupança comunitária, para o fortalecimento da agricultura familiar, artesanato e diversos tipos de produções. Não possuem personalidade jurídicas próprias e podem ser organizados e geridos por entidades de apoio da sociedade civil ou associações dos próprios beneficiários de fundos solidários. Não é um simples instrumento financeiro de microcrédito, envolve, além do repasse de recursos, a organização coletiva e participação nas decisões sobre o funcionamento do fundo com formação e capacitação para os associados e gestores do fundo. Realizam ação político- pedagógica que priorizam o saber emancipatório (CAMP, 2012).

São importante fonte de financiamento dos EES e para projetos comunitários, tanto no campo quanto em centro urbanos. Nas últimas décadas do séc. XX os fundos solidários assumem proporções maiores e tornam-se mais evidentes atuando sincronicamente com a economia solidária. Atuam nas comunidades, por vezes, conjuntamente com apoio dos movimentos sociais ou de entidades de apoio, principalmente, as igrejas. Promovem a inclusão produtiva dos beneficiários que, por vezes, não dispõe de outras formas.

Essa metodologia vem contribuindo no desenvolvimento local e surge como uma importante ferramenta de democratização da gestão de finanças e apoio às iniciativas econômicas associativas e solidárias. Em 2010, foi criado pela SENAES o Programa Nacional de Finanças Solidárias, cujo tinha como foco principal a identificação e o mapeamento das experiências de fundos solidários no Brasil. Uma das finalidades desse mapeamento era compreender a realidade destes fundos e a entender qual a sua importância no fortalecimento da economia solidária. Outra era

criar um Cadastro Nacional de Fundos Solidários, pretendendo constituir a Rede Nacional de Fundos Solidários.

Esse programa destinou recursos para projetos de fortalecimento e implantação de bancos comunitários e fundos rotativos solidários em todo país. Durante esse processo, nos anos de 2011 e 2012, foram mapeados 535 fundos solidários e identificados 613 outras iniciativas que ainda precisam ser mapeadas.⁶

Esse projeto foi dividido por regiões e o CAMP ficou como a entidade responsável pelo mapeamento dos estados do Sul do Brasil. Nessa atividade foram mapeadas 38 experiências de fundos solidários em atuação. No Rio Grande do Sul identificou-se 17 fundos. Constatou-se larga diversidade entre os fundos mapeados, tanto na sua forma de gestão quanto na organização.

No ano de 2012 foram realizadas três tipos de experiências com intuito de apoiar os fundos solidários com recursos públicos⁷.

- Cinco Convênios Regionais e um Nacional, resultantes da Chamada Pública da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho “Ação de fomento às finanças solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários “que tem entre as suas principais ações: mapear e sistematizar informações sobre os fundos solidários; assessorar adequações na gestão de fundos solidários e estimular a sua articulação em rede; realizar atividades de sensibilização e formação para a divulgação dos fundos solidários e organização de novos fundos; realizar encontros e seminários sobre a realidade dos fundos solidários e a construção de propostas para políticas públicas de apoio aos fundos solidários. E Convênio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a UNITRABALHO e com o Fórum Brasileiro Economia Solidária (FBES) para realizar atividades de debates sobre as finanças solidárias e a articulação dos fundos solidários.
- Chamadas Públicas do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Governos Estaduais da área de abrangência do BNB para selecionar projetos que vão apoiar projetos produtivos solidários, que por sua vez são estimulados para constituir, a partir destes recursos, fundos rotativos solidários.

⁶ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7570&Itemid=62>. Acesso em 08 jun. 2015.

⁷ CARTILHA DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS: contribuição sobre histórico, constituição e gestão. CAMP, 2012.

- Chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o fomento a fundos rotativos solidários por meio de bazares solidários a partir do produto da alienação dos lotes 1,2 e 3, do estoque da Estratégia Fome Zero.

A nomenclatura “fundos solidários” pode conter alguns significados, então, se faz necessário conceituar fundos solidários ou fundos de fomento e fundos rotativos solidários. Os primeiros, também, conhecidos na Região Sul por Fundo Mini Projetos e Fundo de Apoio a Pequenos Projetos Comunitários, normalmente, não possuem prática de devolução e atuam em um sistema verticalizado. Trabalham com recursos monetários e não monetários e nessa modalidade os beneficiários não são os gestores do fundo, geralmente o gestor é alguma entidade religiosa, sindical ou uma ONG.

Os segundos são considerados em outras partes do país como fundos comunitários, dentre eles, os bancos ou casas de sementes, etc. Na prática, são geridas pelos próprios beneficiários do fundo. Os associados reúnem recursos, seja financeiros, produtos, animais, serviços, etc. que circularam entre os participantes. Após o associado ser beneficiário, estará comprometido com a devolução posterior para que outros possam usufruir do recurso recebido. Por exemplo, a Pastoral da Criança e outras entidades doavam cabras para famílias pobres na área rural, e cada família que recebeu a cabra se comprometia para passar uma ou duas crias para outras famílias (CAMP, 2012).

Os Fundos Rotativos Solidários organizam poupanças comunitárias geridas coletivamente e que proporcionam apoio tanto aos seus membros, quanto ao desenvolvimento da comunidade. Para a SENAES, em geral,

“São fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local.”⁸

A lógica de funcionamento advém da reciprocidade, ou seja, os empreendimentos recebem financiamento não retornável e em troca disto se

⁸ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/fundos-rotativos-solidarios.htm>>. Acesso em: 09 jun.2015.

comprometem a financiar a ampliação de projetos existentes ou novas iniciativas produtivas solidárias. Estas experiências estimulam a participação e o destino dos recursos na comunidade e contribuem com a sustentabilidade dos fundos.

Alguns exemplos são: o Programa de Geração de Renda da Pastoral da Criança, entre 1989 e 2006, apoiou mais de 1.100 projetos produtivos solidários beneficiando 16.000 famílias de baixa renda com recursos do BNDES, SEBRAE, MDS e da extinta LBV; o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários no nordeste brasileiro, em execução desde 2005, apoia 17 fundos solidários onde já foram investidos R\$ 1,6 milhão pela SENAES/MTE e o Banco do Nordeste; o Programa por 1 Milhão de Cisternas, de iniciativa da sociedade civil – com recursos da Articulação do Semi-árido do Brasil – ASA, MDS e FEBRABAN; e, o Projeto Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional – Prosan, de Minas Gerais, teve início em 2003, por iniciativa do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional- Consea financiou um total de 475 projetos beneficiando mais de 25.000 famílias (FAUSTINO, 2007)⁹.

Os Fundos Rotativos Solidários organizam poupanças comunitárias geridas coletivamente e que apoiam grupos no desenvolvimento da comunidade. Devido à ausência de um marco legal ou regulamento que os reconheça e os legitime, encontram dificuldade em captar recursos públicos. Atualmente há diversas experiências, inclusive algumas com mais de vinte anos de existência. É uma prática frequentemente utilizada por uma parte significativa da população na região Nordeste do Brasil que não tem a mesma representatividade na Região Sul.

2.3 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Diversos autores renomados descrevem e contextualizam os BCDs, mas essa revisão teórica se concentrará no França Filho, pelo distinto autor ser renomado no que diz respeito a este assunto. O capítulo abaixo retratará sobre um instrumento de finanças solidárias, os BCDs. - compactuar com sua linha de pensamento.

Toda comunidade dispõem de algum potencial de produção e de consumo, entretanto nem todas conseguem explorar toda essa potencialidade. Utilizar essas qualidades, organizar sócio e economicamente o local é uma alternativa para

⁹ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/texto_5_-_financas_solidarias.pdf>. Acesso em: 25 out.2014.

desenvolver a região e os bancos comunitários de desenvolvimento se propõem a concretizar esse processo.

O BCD é um instrumento de desenvolvimento comunitário poderoso, eles promovem a organização e investem na produção, geração de serviços e do consumo local, assim como potencializam esses processos. Visam financiar e orientar a implantação de iniciativas de serviços sócio-produtivos locais. Os BCDs são uma expressão de finanças solidárias e propõem inclusão financeira através da democratização do crédito e dos serviços financeiros, mediante ética e solidariedade.

Atuam com serviços financeiros e também não financeiros impulsionando o desenvolvimento social. Contribui com o acesso ao crédito no território, de acordo com as linhas de crédito definidas por cada BCD e apoiam as economias populares, tanto para produção quanto para o consumo, pois, conforme França Filho (2013) atuam em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. A importância disso está no enfrentamento das dificuldades ocasionadas pela exclusão e no empoderamento da comunidade.

França Filho (2007) explica o que são os BCD,

“são uma iniciativa associativa, envolvendo moradores num determinado contexto territorial que buscam a resolução de problemas públicos concretos relacionados à sua condição de vida no cotidiano, através do fomento à criação de atividades sócio-econômicas” (FRANÇA FILHO, 2007).

Os BCD's são instrumentos poderosos nessa atuação e propulsionam essa dinâmica e articulação dos atores envolvidos. Tem como principal objetivo e compromisso a construção de redes locais de ES mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Abaixo, apresentam-se as quatro principais características dos BCDs:

1. Seus recursos são coordenados e geridos por uma organização comunitária de base (em geral, cada BCD está ligado a uma associação comunitária local);
2. Linhas de microcrédito para a produção e consumo local são utilizados de modo a proporcionar taxas de juros justos, a fim de gerar renda e trabalho em toda a comunidade;

3. Concessão de crédito e cobrança são baseadas em relações de bairro e na solidariedade, impondo um controle que é muito mais social do que econômico;

4. Estabelecem instrumentos alternativos para estimular o consumo doméstico, tal como - cartões de crédito locais e locais sociais moedas - que são reconhecidas pelos produtores, comerciantes e os consumidores como eficazes para impulsionar a economia local (REDE, 2006).

Quanto à constituição de um BCD percebem-se diferentes metodologias e nas atividades dos bancos podem ser utilizadas diversas ferramentas como propulsoras do desenvolvimento territorial, a fim de estimular a produção, o consumo e a geração de serviços. Para além de um instrumento financiador ele atua também, como um orientador pedagógico. Isto porque, para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas por cada BCD, o seu maior objetivo e compromisso é com a construção de redes locais de economia solidária através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (FRANÇA FILHO; SILVA JR, 2009).

“Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e organizações de consumidores e produtores.” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2015).

Surgem pensados na base da estrutura social, por serem os mais necessitados, àqueles que não são os alvos dos bancos corporativos. Visam desenvolver uma determinada região, mantendo suas peculiaridades, através da confiança e solidariedade. Voltados para a geração de trabalho e renda, prestam serviço financeiro solidário e promovem a economia solidária. A propriedade é da comunidade que se torna responsável por sua gestão.

“Os bancos comunitários são organizações financeiras de bairro e permitem que as comunidades gerenciem e administrem sua própria riqueza, expressa em suas poupanças. Favorece que o dinheiro fique na comunidade. Os vizinhos conhecem as necessidades de sua comunidade e podem desenhar sistemas de financiamento segundo a realidade em que vivem. [...]. Os bancos comunitários produzem um processo de apoderamento muito forte na vida das pessoas. Isso é um pouco o que trato de mostrar em um artigo recente que escrevi. A autoestima e confiança crescem ao sentirem-se capazes de decidir, de trabalhar juntas, de ver que seus esforços melhoram a comunidade. As finanças solidárias

democratizam o sistema financeiro porque voltam a pôr em mãos dos atores centrais os recursos e as decisões. As finanças saem de seu lugar de complexidade e descem à realidade cotidiana das pessoas, com sua linguagem, seus códigos e suas modalidades.” (MEYER, 2011).

Esses bancos têm como sua missão reorganizar as economias locais, a apropriação dos meios de produção e financeiros através do crédito, e a autogestão na produção do desenvolvimento de determinado território e são adaptados a realidade dos empreendimentos econômicos solidários. A metodologia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento surge com a implementação do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia, modelo no país.

Os BCD não têm uma estrutura definida ou engessada por atuarem em comunidades distintas, entendendo que cada território possui suas especificidades, sua cultura. Os 103 BCD que atuam no país têm formas, estruturas e ferramentas heterogêneas de promoção ao desenvolvimento. Porém, há muita similaridade entre eles e a primeira a ser destacada é que todos são frutos das articulações de organizações locais de suas respectivas comunidades, mesmo que alguns tenham sido estimulados por atores externos.

França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012) escrevem que a mobilização endógena da comunidade é uma das condições necessárias para a criação de um BCD, mesmo que existam algumas possibilidades de arranjo institucional na formação de um BCD. Explicam que o banco deve ser criado em resposta a um desejo intrínseco da comunidade, mesmo quando agentes externos contribuem para este motivando e mobilizando a comunidade.

Alguns requisitos devem ser cumpridos no processo de implementação de um CDB, conforme relatam os autores [FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR; RIGO, 2012]:

- O capital financeiro para um fundo de crédito;
- Recursos financeiros para cobrir as despesas de funcionamento do banco;
- Uma organização comunitária (Associação, o conselho, conselho, etc.) que pode gerenciar o banco;
- Pessoas treinadas para os papéis de oficial de empréstimo;
- Gerente de crédito;
- Apoio para a assimilação da nova tecnologia pela comunidade.

Foi preenchendo esses requisitos que muitos BCDs foram criados, por um processo de parcerias institucionais que envolvessem organizações de apoio (tais

como incubadoras universitárias e Organizações Não Governamentais (ONGs) especializadas neste campo) e fundos de instituições (prefeituras, governos estaduais, departamentos governamentais, fundações, etc.) (FRAÇA FILHO; SILVA JÚNIOR; RIGO, 2012).

No Brasil essa prática teve início há 15 anos com o pioneiro Banco Palmas, localizado no Conjunto Palmeiras em Fortaleza, que atualmente é um dos casos mais emblemáticos do país, inclusive gerando interesse de diversos países pelo mundo. Na região Sul do país ainda não existe BCD, mas há um projeto em fase inicial, em Porto Alegre (RS) na comunidade do bairro Cascata que está se mobilizando para a criação de um BCD e que será objeto dessa pesquisa.

A história dos BCD no Brasil é relativamente recente, o primeiro banco dessa natureza no país iniciou-se em 1998, através da implantação do Banco Palmas como resultado da ação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). Eram uma comunidade de aproximadamente 40 mil moradores que viviam na pobreza. Em uma assembleia da ASMOCONP eles estavam pensando em como sair daquela situação precária em que se encontravam e se perguntaram o motivo de viverem naquela miséria. A resposta foi óbvia, “somos pobres, por que não temos dinheiro.” (SILVA JÚNIOR, 2004).

Então, dispostos a mudarem tal situação, fizeram um mapeamento da região. Esse Mapeamento é prévio à implantação de um BCD em todos os lugares. Ele é imprescindível para entender a comunidade, saber suas necessidades, e para a sustentabilidade do banco. É um mapeamento de produção e consumo, no qual se mapeia o que é produzido e o que pode vir a ser produzido. Também buscam compreender o que é consumido pelos moradores e aonde é adquirido esses produtos e/ou serviços. Essa ferramenta possibilita entender a dinâmica da comunidade em relação à produção, consumo e distribuição de riquezas. O resultado obtido foi que raros eram os produtores na comunidade e a maioria das famílias consumia fora da região, em bairros vizinhos. Por base nisso, concluíram que não eram pobres, mas estavam empobrecidos e essa situação dificultava o desenvolvimento local.

Visto isso, criaram o BCD visando o financiamento e o estímulo para Empreendimento da Economia Solidária (EES). O banco organiza um sistema financeiro solidário de forma integrada nos quatro pontos de cadeia produtiva: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo (FRANÇA

FILHO, 2013). Esses empreendimentos, conforme já mencionados são coletivos e assim promovem o empoderamento da comunidade.

O Banco criado proporciona dois tipos de créditos; o crédito produtivo e o crédito para consumo. O primeiro visa financiar e estimular os EES e induz a articulação em rede, produzindo riquezas e suprimindo as demandas daquela população. O outro tem a intenção de suprir aquelas pessoas mais necessitadas que em determinada época tenham suas rendas esgotadas e precisam sobreviver. Além da sobrevivência, o banco também oferece crédito para reparos na moradia.

Os empréstimos dos créditos de consumo são executados após uma análise informal do banco junto ao cliente e a comunidade. Alguém responsável do banco realiza uma reunião a fim de compreender aquela necessidade e elaborar um planejamento, em alguns casos chegando a ensinar e propor novas atitudes nas finanças pessoais, para conseguir devolver esse dinheiro ao banco proporcionando assim um crédito rotativo para que mais pessoas se beneficiem dessa renda. Esse colaborador do banco também realiza conversas com os vizinhos para investigar a credibilidade do possível cliente.

Tanto para este tipo crédito quanto para aquele o banco pode cobrar uma taxa de juros. Por lei, não pode ultrapassar a 1%, pois acima disso, apenas instituições financeiras podem cobrar e os BCD não estão sob o Sistema Nacional Financeiro. Além desse fato, os BCD não visam o lucro, portanto esses juros servem para cobrir as inadimplências, os gastos com o pessoal ou serviços do banco.

A inadimplência tem um baixo índice na maioria dos BCD, pois os moradores entendem a dinâmica do banco e são cobrados por outros moradores. Normalmente os BCD trabalham com oficinas ou outras modalidades para ensinar os clientes sobre finanças pessoais. Nos primeiros meses de inadimplência, o BCD tenta auxiliar aqueles que estão com dificuldades financeiramente. Após um longo período e percebido que o morador está agindo por má fé os bancos não tem muitas alternativas, uma delas e utilizada pelo Banco Palmas é a de expor o nome do cliente para a comunidade a fim de coibir essas atitudes. Como mencionado, cada banco tem a sua maneira de atuar, estamos expondo a de um banco dentre os 104 existentes no país.

Para conseguir emprestar dinheiro o banco precisa ter um Fundo. Os Fundos desses bancos vigoram basicamente, conforme um Fundo Rotativo Solidário. O banco empresta o dinheiro e o consumidor/produtor devolve, em formas previamente

negociadas e acessíveis, para que outros possam se beneficiar. O fundo pode se constituir de múltiplas fontes, “através da captação de recursos públicos, doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços.” (REDE, 2006).

A partir de França Filho, Silva Júnior e Rigo (2012) outro elemento importante que distingue os BCDs de organizações de microcrédito é a utilização de uma moeda social local. As moedas sociais são criadas e geridas pelos próprios usuários, pretendendo reter as riquezas no território. De acordo com França Filho e Silva Júnior (2009), as moedas sociais criadas por meio dos BCDs têm dois principais objetivos:

“funcionar como instrumentos de incentivo ao consumo (como cartões de crédito, por exemplo) que ganham legitimidade entre os agentes locais no território (consumidores, produtores e comerciantes); e estimular um novo tipo de relação com o dinheiro, com o objetivo de restabelecer os laços sociais danificados e oferecer um novo tipo de organização econômica local, diferente de uma organização baseada no mercado sob interesses individuais.” (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Com a comunidade ofertando através de seus EES e assim podendo suprir as demandas de tal comunidade, a moeda social faz com que haja uma garantia nesse papel. Quem trabalha em EES gerados através do crédito do banco, trabalha com a moeda social, tanto no pagamento parcial dos associados quanto na aceitação da moeda na compra dos produtos ou serviços oferecidos. Assim os moradores que recebem esta moeda como parte do salário só podem consumir naquele local, incentivando a circulação do dinheiro, o mantendo na região e estimulando o seu desenvolvimento. Essa moeda social é lastreada, ou seja, normalmente para cada um de moeda social há um real guardado no banco para possibilitar a troca desse dinheiro, caso haja interesse. Há também as moedas sociais não lastreadas, essas geralmente funcionam apenas na forma de serviço, normalmente chamadas de moeda cultural. Essa é uma das ferramentas que um banco pode desenvolver, não são todos que utilizam uma moeda social não lastreada.

Retomando o propósito, se a comunidade agora produz boa parte do que sua população consome, ela esta se desenvolvendo. Normalmente o custo de vida diminui, sobrando assim, mais dinheiro para os moradores poderem investir mais na região.

Quanto à metodologia das operações de crédito dos BCDs, elas ocorrem, conforme os autores,

“principalmente através de redes de "prossumidores". Essa palavra "Prossumidores" decorre da estreita associação dos produtores e consumidores locais através da criação de canais específicos ou circuitos de relações comerciais centrado na reorganização e o fortalecimento das economias locais.” (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Por ser uma referência no assunto, todos os outros são criados com certa semelhança, influenciados pelo Banco Palmas. Inclusive no ano de 2003, se cria o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, cuja função é implantar as metodologias e tecnologias sociais de economia solidária em parceria com diversas instituições no Brasil e no Exterior. Em 2005, o Governo Federal brasileiro, capitaneado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) investe no Projeto de Apoio à implantação e consolidação de BCDs, em parceria com o Instituto Palmas. Este projeto evidenciava o entendimento da SENAES/MTE de que o BCD constituía-se em um produto catalisador das ações do desenvolvimento territorial articulando – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e formação cidadã (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Posterior a isso, é formada a Rede Brasileira de BCD com o intuito de solidificar os processos de gestão social desses BCD. Essa articulação visa contribuir para troca de experiências, saberes de recursos e parcerias para o desenvolvimento institucional do conjunto dos BCDs do país. Foram criadas regras; procedimentos éticos, estruturas mínimas que devem ser seguidas pelos BCD que integram a rede, mas são requisitos mínimos, fora isso os BCD são livres para se organizarem localmente (REDE, 2006). Até o momento já foram realizados três encontros nacionais para essa articulação que envolve troca de saberes entre os atores envolvidos.

A Rede tem por objetivo contribuir para o intercâmbio de experiências, conhecimentos e coordenação de recursos, além de parcerias para o desenvolvimento institucional de todos os BCDs no país. Em 2010 e 2011 as ações da rede foram marcadas pela implementação do primeiro projeto nacional, que constituiu a primeira política nacional de finanças solidárias no Brasil. A rede brasileira de Bancos de Desenvolvimento Comunitário se expandiu desde a sua criação, como resultado dos esforços e ações, a partir de abril de 2012, 68 BCDs tinham sido implementado em todo o país e se juntaram à rede (REDE, 2006).

Atualmente existem 103 BCDs em funcionamento no país, conforme mostra o mapa abaixo:

FIGURA 01 – Mapa dos BCD no Brasil



Fonte: Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 14 mai.2015.

Nota-se que dos 103 BCD em atuação no país, nenhum deles atua na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Nesses estados existem diversas experiências de finanças solidárias, por meio das cooperativas de crédito solidário e fundos solidários, porém BCD ainda não há.

Em 2009 houve uma tentativa de implementação de um BCD na cidade de São Leopoldo (RS) e inauguraram o Banco Comunitário Pontes Solidárias¹⁰, o primeiro BCD da região e o 42º do Brasil. No entanto, este banco não está em funcionamento.

Esses projetos democratizantes se incluem em programas sociais, a fim de tirar a população da miséria e da marginalidade. Tornaram-se instrumentos da política pública da economia solidária porque são elementos agregadores e propulsores do desenvolvimento local. Uma das funções desempenhadas pelos BCDs, inclusive apropriada pelo Banco Palmas, é a qualificação dos seus associados e dos interessados em participarem da rede criada a fim de promoverem

¹⁰ Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/component/content/article/6-comercio-justo-economia-solidaria/330-inaugurado-em-sao-leopoldo-banco-comunitario-pontes-solidarias-.html>>. Acesso em: 03 jun.2015.

os empreendimentos de economia solidária criando um sistema sem ter que se submeterem a subordinação característica dos empregos assalariados de que atuam sob outro fundamento.

Consoante a essa interação com os governos, outro mecanismo de apoio pode ser as universidades. Com uma aproximação com o meio acadêmico agrega-se conhecimento, as universidades e suas pesquisas evocam a teoria e aliam a prática, articuladas com a comunidade produzindo novos conhecimentos, novos saberes e propondo inovações.

Em conclusão, os BCDs são experiências de economia solidária e, ao mesmo tempo, fomentadores de outras iniciativas solidárias de caráter produtivo, com capacidade de dinamizar potencialidades endógenas das comunidades em que localizam-se. Mediante essas práticas os BCDs impulsionam o desenvolvimento socioeconômico local.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho teve por objetivo geral: analisar as perspectivas de implementação de um banco comunitário de desenvolvimento no bairro Cascata em Porto Alegre observando os elementos favoráveis e os desafios nesse processo. O estudo compreendeu uma pesquisa de caráter exploratório, pois visava uma aproximação com a comunidade, absorvendo a dimensão e as peculiaridades da região e fundamentado no referencial teórico permitiu conclusões do problema levantado. Essa análise prévia à criação de um BCD é importante para os atores envolvidos identificarem os processos a serem seguidos para o sucesso do BCD e o desenvolvimento da região.

No desenvolvimento do estudo foi preciso escolher uma modalidade de pesquisa que fosse mais adequada à consecução dos objetivos, indicando os meios adotados para operar o objeto de modo que fosse possível cumprir com os objetivos. Optou-se por uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório por ser a mais pertinente para responder o objetivo proposto. Os métodos centrais da coleta de dados foram: o levantamento de dados da comunidade através de dados secundários e de informações obtidas no local, uma entrevista semi-estruturada, com uma pessoa considerada informante chave por seu nível de envolvimento e de liderança, a qual é associada do EES Misturando Arte e moradora do bairro e a observação participante no local a fim de compreender a situação a dinâmica de interação entre os principais atores sociais envolvidos no processo. Também foram consultados materiais já publicados e disponibilizados na internet.

Primeiramente, retomou-se o referencial teórico sobre o desenvolvimento territorial, economia solidária e sobre as finanças solidárias. Buscou-se conhecer e se apropriar dos fatos e fenômenos gerados pelos BCD no Brasil, através de pesquisas bibliográficas, em artigos acadêmicos, livros, ensaios críticos e artigos científicos, publicações, informativos disponibilizados na internet e análises de estudos realizados nas experiências dos BCD. Paralelamente a essa pesquisa foi realizada uma pesquisa documental que englobou como fonte pesquisa de documentos escritos e não escritos, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias, relatórios, revistas entre outros materiais de divulgação.

Num segundo momento, após uma contextualização desse instrumento, procurou-se entender a realidade da região, os hábitos locais e o funcionamento da

comunidade. Os métodos centrais das coletas de dados foram: entrevista semiestruturada e observação participante.

Como descrito por Gil (1999) as entrevistas podem ser consideradas: “[...] técnicas em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação”. A entrevista é considerada a mais flexível técnica de coleta de dados, podendo ser moldada de diferentes formas. O entrevistador elabora um roteiro e tenta não influenciar no resultado. A entrevistada é denominada unidade de estudo e é relacionada com o problema da pesquisa para entender o comportamento e analisar seus hábitos, identificando os atributos mais importantes. Assim, o que se objetiva é maior proximidade com a população e as características locais para que, com base nessas informações, seja possível dimensionar os fatores favoráveis e os desafios à implementação de um banco comunitário. A entrevista é ponto essencial para coleta de dados, portanto, deve conseguir absorver o maior número de informações possíveis, assim, não só as perguntas previamente elaboradas, mas também o desenrolar e a dinâmica da conversa resultando numa maior imersão e conhecimento do objeto da pesquisa. É possível notar que a forma como as questões são distribuídas conduzem a uma argumentação mais ampla do entrevistando, ampliando o leque de informações.

A entrevista foi realizada pessoalmente com uma representante do grupo Misturando Arte situada na Vila 1º de Maio, parte do bairro Cascata, engajada com o Movimento da Economia Solidária e com disposição para mobilização na criação do BCD em sua comunidade. Com o objetivo de obter os dados que interessavam na investigação e no alcance das respostas deste trabalho, concretizou-se a entrevista¹¹, através de um roteiro com perguntas previamente formuladas e reestruturadas durante a entrevista devido à dinâmica da conversa, objetivando maior imersão e conhecimento do objeto da pesquisa.

A técnica da observação¹², também foi utilizada. Ela constitui elemento fundamental para a pesquisa, pois apresenta uma vantagem em relação às outras técnicas, coloca o autor diretamente no objeto da pesquisa, a percepção dos fatos é feita diretamente, sem qualquer intermediação (GIL, 2010). Ainda conforme Gil, (2010), a observação pode se dar de inúmeras formas e estão classificadas em três

¹¹ O roteiro da entrevista semiestruturada encontra-se anexado a este trabalho.

¹² O roteiro da observação encontra-se anexado a este trabalho.

tipos: a) observação simples b) observação participante e c) observação sistemática. Nesta pesquisa utilizou-se a observação participante, interagindo com a comunidade do bairro. Constitui-se uma técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. Sua estruturação é constituída da observação e descrição dos atos, atividades, significados, participantes, relacionamento e situações que se fazem presentes na execução dos processos em análise. Essa observação foi feita em uma oficina realizada por integrantes do NEGA juntamente com representantes da comunidade, reunidos em uma sala da Escola Estadual Prof. Oscar Pereira.

Já num terceiro momento os dados foram compilados e foi feita uma análise dessa comunidade estudada, retomando o referencial teórico para relacionar com a realidade e diminuir a distância entre teoria e prática. A partir dessa análise foi possível responder com propriedade os elementos favoráveis e os desafios a serem superados para a implementação de um BCD na comunidade.

A origem do nome do bairro se deve ao fato de estar situado em uma região de relevo montanhoso e por possuir algumas cascatas. Conforme dados históricos,

“O povoamento do local se acelerou a partir das décadas de 50 e 60, com a abertura de novos acessos à região (vindos do que hoje são os bairros Vila Nova e Belém Velho), bem como pela instalação de meios de transporte mais eficientes e abrangentes, penetrando pelos morros mais íngremes, atendendo a uma das mais freqüentes reclamações dos moradores do bairro.”¹³

A Lei 2.681/63 o criou com este nome, anteriormente conhecido como bairro Glória, ainda hoje diversos moradores chamam a região desta forma. A relação do bairro Cascata, recém criado, com os demais que constituíam a Grande Glória (Glória, Medianeira e Coronel Aparício Borges) era muito próxima.

Contempla uma área de 7,59 km², que representa 1,59% da área total do município. Atualmente, 22.596 habitantes residem no bairro, o que representa 1,6% da população da cidade¹⁴.

Trata-se de um bairro com pouca infraestrutura e a maioria dos moradores estão empobrecidos, o rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios está na faixa de 2,18 salários mínimos enquanto que na capital a taxa é de 5,29. A taxa de analfabetismo em 2010 era de 3,92%, já a de Porto Alegre, de 2,27% do total da população¹⁵, taxa essa que indica o percentual da população com idade igual ou superior aos 15 anos que não sabe ler ou escrever. No ano de 2012 o percentual de adolescentes grávidas com menos de 19 anos era de 21,65% no bairro, enquanto que a taxa no município era menor, ficando em 14,69%.

É de se observar a disparidade econômica e educacional entre a região estudada e a cidade em que se situa vez que os índices de analfabetismo e gravidez na adolescência são muito além, e a renda aquém quando comparados a capital gaúcha. Há uma famosa Avenida em Porto Alegre, a Av. Professor Oscar Pereira, que liga diversos bairros da cidade, inclusive o Cascata. Aos que nela transitam é dispensável o conhecimento desses dados para que identifiquem ser uma comunidade carente, com baixo poder aquisitivo.

Esse é um bairro que pode se desenvolver para melhorar a vida de seus moradores, e um BCD poderia ser um instrumento de fomento para isso. Diante do

¹³ Disponível em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=66_0_0>. Acesso em: 12 jun.2015.

¹⁴ Disponível em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=66_0_0>. Acesso em: 12 jun.2015.

¹⁵ Disponível em: <http://www.observapoa.com.br/default.php?reg=345&p_secao=17>. Acesso em: 12 jun.2015.

que ora se propõe, é importante saber os fatores que favoreceriam sua criação e as dificuldades que seriam encontradas.

A fim de compreender a concepção de um BCD na comunidade, foi realizada uma oficina entre representantes da comunidade e o NEGA. Nesta oficina, percebeu-se, que o bairro tem um histórico de organização, mas, que atualmente está em baixa. Mesmo assim, tem uma série de espaços: grupo de jovens, papel da escola, clube das mães.

Uma representante da Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), escutada nesta oficina expressou suas lembranças sobre a integração existente no bairro anos atrás e a dificuldade de retomar o que se perdeu.

“Se perdeu com relação aos jovens e as próprias famílias, né. Até então a vida era mais simples e as crianças e os adolescentes já cresciam nesse sistema, depois que se fechou esse espaço, a creche que tinha ali, a igreja que tinha ali, fechou tudo. Essas crianças já não tinham mais pra onde ir, então ficavam nas esquinas (...) Já são duas gerações que se perderam, reconstruir isso não vai ser uma coisa fácil”.

Existem duas igrejas católicas no bairro, que, anos atrás, realizavam um trabalho de aproximação dos moradores. Foram escutados relatos sobre esse tema, no qual foi descrito que, além das missas, eram realizadas oficinas de dança, teatro, grupo de adolescentes, diversas atividades de interação dos habitantes daquela região. Atualmente, essas igrejas ainda se encontram no local, porém não realizam atividades além das missas e dos tradicionais eventos católicos, como lembra uma moradora.

“No bairro se perdeu o sentimento de comunidade, a gente que mora aqui a vida inteira, era assim no começo, se produzia, se vendia, se trocava (...) só que o espaço que centralizava isso que fazia esse tipo de serviço fechou, que era a própria igreja da comunidade. Ali concentrava, apesar da catequese e a questão da religião, mas era um espaço que integrava.”

Esse histórico de organização é um fator benéfico para o desenvolvimento do BCD, é importante por haver esse sentimento presente nos moradores e saber que algum dia essa organização comunitária já esteve mais articulada. Além disso, os relatos dos moradores remetem a um saudosismo, ressaltando os aspectos positivos de um modo de viver que fez parte da história da comunidade. Bajoit (2006) ressalta que uma das condições indispensáveis à formação da solidariedade é a socialização dos indivíduos que participem na mesma identidade coletiva e é facilitada quando ocupam a mesma posição na relação. Com a solidariedade cria-se condições que estimulem a mobilização social dos indivíduos envolvidos.

Apesar de existir um histórico de organização da comunidade, atualmente as entidades do bairro não dialogam entre si, inclusive a associação de moradores que existia não está mais em atividade, o que pode ser desfavorável no desenvolvimento do BCD. Apesar de diversas entidades, em sentido amplo, lutarem pelo desenvolvimento territorial, suas atividades são realizadas quase que individualmente, falta interação.

Havia uma associação de moradores do bairro que não estava em funcionamento, já tentaram resgatar essa associação, mas ainda não conseguiram. “A associação faz falta para organizar o bairro.” Em relato escutado na oficina, uma moradora informou que algumas pessoas já estão tentando reorganizar essa associação e para isso realizarão uma reunião na igreja com esse intuito.

Entretanto, apesar das entidades do bairro não estarem articuladas atualmente, se percebe que a comunidade, por ter esse senso de luta pelos seus desejos coletivos, tem um caráter de união. Ela protagoniza reivindicações a fim de solucionar os recorrentes problemas ali presentes. A falta d’água na região, bem como problemas de esgoto escorrendo pelas ruas, são motivos de alguns protestos na via mais movimentada do bairro. Desta forma, trancam a avenida para chamar atenção do poder público às suas dificuldades locais. A entrevistada menciona o uso desta medida: “Ela é uma comunidade lutadora, né. Tipo, o muro [da escola] tava caindo, a gente trancou a Oscar Pereira.”.

É frequente o problema de falta d’água no verão. “Faltou água lá esses tempos por uns 18 dias, trancamos a rua.”, explicou. Relata também que há o problema de um esgoto que está sempre vazando na sua rua e que os vizinhos estavam ligando para a prefeitura ir consertar. Diversas vezes já aconteceu esse tipo de problema, na última vez ameaçaram trancar a av. Oscar Pereira, até que foram tentar consertar e viram que se tratava de um problema mais complexo para ser resolvido.

Isso mostra que o sentimento de coletividade para lutar por uma vida melhor continua presente. A sugestão dada aqui é que se leve para frente essa tentativa de reorganização da associação dos moradores do bairro, pois ela ativa ajudaria no desenvolvimento do BCD, por já ter representantes da comunidade articulados. Não quer dizer que o BCD consiga resolver todos os problemas, mas um bairro organizado, baseado na cooperação e em laços de confiança mútua, facilita a ida atrás da resolução dos problemas.

Com essa breve pesquisa se percebe que o bairro tem algumas entidades que possibilitam uma articulação e um desenvolvimento de forma integrada, como, por exemplo, a Igreja, a AEPPA, o Clube de Mães e o Misturando Arte, uma organização que atua com os princípios da ES.

4.2 O EES MISTURANDO ARTE: UM HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO

O grupo Misturando Arte surgiu há 10 anos a partir da ideia de uma feira. Essa história foi contada pela associada e entrevistada que vem de uma família de artesãs. A família tem um bar no bairro, há mais ou menos, 18 anos e era ali que vendiam seus produtos artesanais. Surgiu então à ideia de fazerem uma feira na região com todos os artesanatos. Ela e sua irmã começaram a mapear quem eram as outras artesãs da comunidade, as convidaram e negociaram com a diretora da escola do bairro que apoiou essa nova ideia. A escola ajudou, cedeu parte do material necessário, como as classes, cadeiras e energia elétrica.

Houve diversas sugestões para o nome desse evento entre eles, Misturando Arte, adotado pela diversidade de arte e cultura que participariam do evento. Antes das feiras do misturando Arte no bairro cascata eles se reuniam e decidiam democraticamente quem faria o que. Os custos eram repartidos igualmente entre todos, a divulgação era no boca-a-boca e através de panfletagem na região.

Com êxito, transformou-se em um evento cultural do bairro que era organizado repetidamente, com bandas dos moradores, de rock e pagode. Participavam, em torno de 40 pessoas entre artesãos e outros produtores. Existia um Clube de mães que se articulava através das creches e participava a fim de angariar recursos para a creche com a venda de produtos.

Logo, o centro administrativo regional da grande glória teve conhecimento dessas feiras e os convidaram para participar de uma grande feira que abrigava uma região maior. Foram disponibilizados cinco espaços para o bairro Cascata, porém eram 40 produtores e não caberiam todos nos espaços disponibilizados. Então eles se reuniram e apenas 15 produtores decidiram participar. Os demais ficaram vendendo só nas feiras locais e estes 15, nas feiras locais e na grande feira. Com a participação nas feiras, tiveram contato com um grupo que participava da Associação de Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL), entidade de apoio da ES

que mostrou a eles que as práticas deles eram práticas de economia solidária, e então os convidaram para participar das reuniões de ES.

A associada relata que começou a participar do Movimento de Economia Solidária, juntamente com os demais expositores da feira e com esse envolvimento não conseguiram mais organizar as feiras no bairro, mas estão com projeto para reorganizá-las. Atualmente a renda do grupo não consegue suprir as necessidades deles, por isso todos trabalham em outros lugares. Para tomar as decisões, se reúnem entre todos associados e decidem, quando se chega a um consenso.

A sede foi inaugurada ano passado e completará um ano no mês de setembro de 2015 e está localizada ao lado do bar da mãe dessa associada entrevistada, no terreno da casa onde moram.

FIGURA 03 – Sede do grupo Misturando Arte



Fonte: Autor, 2015.

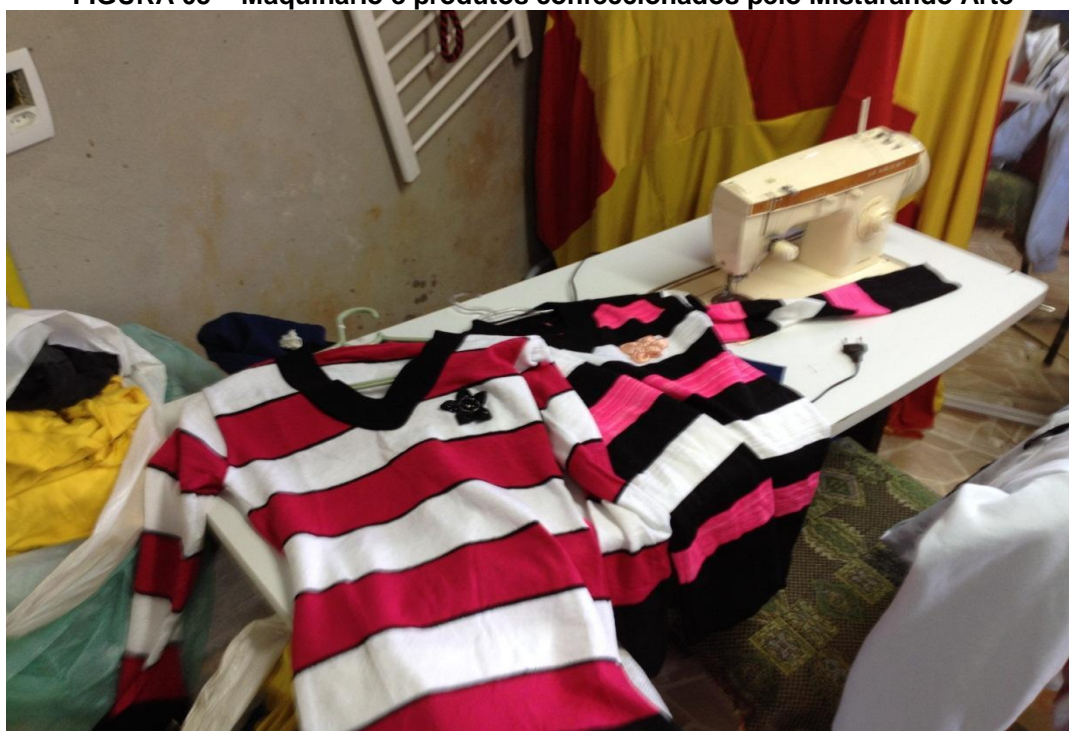
FIGURA 04 – Produtos expostos no bar de uma das integrantes do grupo



Fonte: Autor, 2015.

Abaixo, visualiza-se a parte interna da sede, local aonde os associados trabalham confeccionam os produtos. Boa parte desses matérias são feitos com as máquinas de costurar.

FIGURA 05 – Maquinário e produtos confeccionados pelo Misturando Arte



Fonte: Autor, 2015.

Os produtos continuam sendo vendidos no bar ao lado da sede, nas feiras de economia solidária fora do bairro, em diversas cidades e em algumas feiras do meio ambiente, pois o grupo trabalha apenas com materiais reaproveitados.

As feiras de meio-ambiente são propiciadas por conta da participação do grupo na Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social da PUCRS, a ECOREDE, responsável por possibilitar compras coletivas e trocas de experiências. A ECOREDE é formada por quatro EES (Ecopapel, Ecosouvenir, Misturando Arte e Três Marias) que desenvolvem suas linhas de produtos nos segmentos da reciclagem de banners empresariais e papel, e na confecção de bijou e utilitários. Tem como foco o fortalecimento dos empreendimentos integrantes a partir da união de objetivos, esforços e estratégias de produção e vendas.¹⁶

As matérias-primas que o grupo utiliza em seus produtos são todas recicláveis, como por exemplo, garrafas Pets, barbantes, papel, plásticos, etc. Os materiais dos produtos chegam até eles através dos vizinhos que recolhem e deixam na sede ou quando fazem alguma divulgação solicitando material em conjunto da escola e até pelo pessoal do movimento da economia solidária que também colabora. Uma de suas principais produções é o Ecofio, fabricado com embalagens plásticas, de arroz, feijão, pães de sanduiche e outras. Além do Ecofio, produzem chaveiros, estojos, lembrancinhas, roupas, niqueleiras e as Ecojoias. Seus maquinários foram adquiridos junto a AVESOL, por projetos dentro do movimento da ES, além de proporcionarem, por vezes, matérias primas e uma assessoria técnica relativa à gestão do empreendimento.

4.3 ELEMENTO FAVORÁVEL: O MISTURANDO ARTE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O grupo Misturando Arte é uma organização que atua com os princípios da ES e adotou a ideia de implementar um BCD em seu território. Isso ocorreu por se aproximar um pouco desse instrumento nas reuniões realizadas no Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária do RS, frequentadas por representantes do grupo.

¹⁶ Disponível em: <<https://incubadorasocialpucrs.wordpress.com/category/empreendimentos-incubados/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

Um dos recursos utilizados na pesquisa, conforme descrito na metodologia, foi uma entrevista com uma associada do grupo Misturando arte, uma das lideranças do grupo e mobilizadora da comunidade do bairro Cascata. Ela foi uma das Fundadoras do grupo, que fará 10 anos em 12 de março de 2016, é artesã, trabalha na produção e na articulação do grupo. Atualmente, o grupo conta com cinco integrantes, porém esse número oscila de acordo com as encomendas, podendo chegar a 13 integrantes com um projeto.

O empreendimento Misturando Arte está motivado a ser o gerenciador do BCD na região. Existem dois fatores favoráveis para que isso ocorra, quais sejam; o primeiro se dá pelo fato do grupo incorporar os princípios da ES e o segundo pela sua capacidade de mobilização em seu território.

Desde seu início o Misturando Arte atua conforme os princípios que caracterizam a ES e já estão familiarizados com essa forma de organização econômica, uma vez que tomam suas decisões democraticamente e praticam a autogestão. Conforme Singer (2002), a ES se define como um modo de produção caracterizado pela igualdade, administrado democraticamente pela prática da autogestão e que essa prática tem como seu maior valor o desenvolvimento humano, características estas muito presentes no Misturando Arte. Um exemplo disso é relatado pela entrevistada que nas feiras, faziam uma troca voltada para o público infantil que ficava encantado com os produtos, mas não tinham poder aquisitivo para comprar. Então divulgavam que se as crianças trouxessem materiais, como tintas, barbante, garrafas pet, etc. e assim poderiam trocar por determinados produtos.

Além de estar identificado com a ES, outro ponto favorável é de o grupo ser composto por pessoas com capacidade de mobilização em seu território, fator fundamental para o princípio do desenvolvimento do BCD, articulando a comunidade, aproximando os moradores com esse novo instrumento e proporcionando uma organização social. Essa qualidade foi percebida na análise do histórico desse grupo, que junto a outras entidades mobiliza a comunidade nas manifestações, bem como nas feiras e oficinas realizadas. O Misturando Arte, realiza diversas oficinas na escola do bairro, tanto sobre artesanato quanto, e, principalmente, sobre economia solidária.

A entrevistada contou ainda que sempre foi moradora da comunidade, fazia aulas de teatro e a partir de então começou seu envolvimento mais intenso com a

comunidade. No bairro, através de um projeto da prefeitura municipal chamado “Descentralização da Cultura”¹⁷ havia diversas oficinas, de capoeira, de teatro, de poesia, de literatura, de musica, e utilizava o espaço da Escola Estadual Prof. Oscar pereira e/ou algumas creches. Essas oficinas não são mais realizadas na região, porém, historicamente o local é conhecido pelo seu saber cultural.

Percebe-se que a parte cultural pode ser bem desenvolvida na região e esse é mais um dos elementos favoráveis para o desenvolvimento local e pode ser impulsionado pelo BCD. Esse instrumento “busca incitar outras formas de práticas solidárias como as trocas de serviços, cujo intuito é de valorizar um circuito não monetário de relações extremamente importante no fortalecimento da sociabilidade local.” (FRANÇA FILHO; RIGO; LEAL, 2011).

Nesse sentido esse saber cultural será difundido pelo bairro de forma mais eficiente com a criação de uma moeda cultural, voltada para as trocas, de cultura e prestação de serviços de todo e qualquer saber, cultural e social que existe na comunidade. Esse processo já acontece no Banco União Sampaio, em São Paulo, através da moeda cultural “Solano”.

“Por meio da tecnologia do Banco Comunitário União Sampaio, a moeda Solano (moeda cultural) foi pensada com características diferentes do Sampaio (moeda social). Segundo Cláudio: “O Sampaio é lastreado no Real. Para cada Sampaio que a gente tem na rua, a gente tem o lastro de um Real aqui dentro do Banco. Já o lastro do Solano é o serviço”. Realizando o cadastro no site da Agência Popular Solano Trindade, o coletivo de arte ou o indivíduo envolvido com o cenário artístico, ganharia uma quantidade de Solanos e teria acesso a um cardápio contendo diversos contatos. Todos deveriam ter o mesmo poder de compra. Ao contratar um serviço específico, escolheriam pagar em Solanos ou então com troca/permuta de produtos ou serviços.” (...) “Em suma, todas as frentes citadas, intermediadas pela moeda Solano, são parte de uma estratégia de fortalecimento e desenvolvimento da cultura local por meio da circulação de serviços e produtos culturais, além da profissionalização dos artistas e produtores cadastrados na Agência Popular.” (RAIMUNDO, 2014).

Reconhecendo que o grupo Misturando Arte se organiza em conformidade com os preceitos da ES e possui as qualidades descritas acima, conclui-se, que tê-lo na região é um fator positivo para implementação de instrumento da ES, o BCD. Contudo, o BCD é feito pela comunidade e não, apenas por uma instituição, por isso a comunidade organizada entre seus diversos atores é importante para o sucesso do BCD.

¹⁷ Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=261>. Acesso em: 12 jun.2015.

4.4 PRODUÇÃO E CONSUMO

O BCD da região terá como objetivo impulsionar a produção local, através de novos EES levando em conta a capacidade dos atores locais em suprir as demandas da região, bem como integrar os empreendimentos já existentes. Para tanto, será preciso induzir produções para as quais haja demandas a partir do incentivo de novos EES. Serão explorados os saberes e capacidades presentes no bairro para fomentar novas produções, isso será feito através de acesso ao crédito e de um apoio organizacional.

Nesse sentido, a moradora e associada do grupo Misturando Arte entrevistada afirmou que existem outros grupos produtores na comunidade que não conhecem o conceito da economia solidária e não estão articulados, porém trabalham com esses princípios. O mesmo que aconteceu no início com o Misturando Arte, que se trata de um EES, mas, quando do seu início, na época das feiras, os organizadores desconheciam o conceito desse tipo de economia.

Integrar os empreendimentos existentes, mesmo que não sejam de economia solidária, será outro objetivo do BCD. A princípio, o desafio será o de redinamizar a organização atual no bairro, que tem a ver com sensibilizar para mudar a cultura e transforma-la em uma cultura de cooperação solidária, voltada para o bem da coletividade. Visando o desenvolvimento local impulsionado pelo BCD será necessário transformá-la em uma cultura de cooperação solidária, voltada para o bem da coletividade. Adoto a concepção de França Filho (2008) sobre a via sustentável-solidária, que parte da premissa de que,

“em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local, as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual. Mas, ao contrário, considera-se que se as razões para o problema da falta de trabalho encontram motivos, sobretudo, de natureza estrutural. Logo, suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas, isto é, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais.” (FRANÇA FILHO, 2008).

Para que os empreendimentos sejam motivados a fazerem parte dessa integração deve ser proporcionada uma conscientização de cooperação maior do que de competitividade entre os estabelecimentos o que gera um benefício a eles. Uma forma de cooperação seria a organização de compras coletivas, ou seja, dois ou mais estabelecimentos se unem para compra de uma matéria prima comum a eles, o que proporcionará uma melhor negociação de preço. Com os preços

reduzidos e com a educação e conscientização pode-se minimizar a competitividade existente entre eles e transforma-la em cooperação. Outra forma de cooperar seria a redistribuição de produtos entre os empreendimentos para que cada um venda produtos diferentes, reduzindo assim, a competição e aumentando a demanda do produto no estabelecimento. Esses fatores auxiliarão no estímulo ao consumo interno. O processo de conscientização e educação da ES para esses empreendimentos veem concomitantemente ao processo de motivar a inclusão desses empreendimentos em uma rede integrada.

Além de proporcionar uma conscientização de cooperação entre os estabelecimentos o BCD pode atuar como banco ofertando serviços financeiros como, por exemplo, microcrédito, cartão de crédito solidário e outros serviços.

Atualmente, uma das dificuldades que o bairro Cascata se depara para se desenvolver encontra-se no fato de o consumo acontecer fora da região. Esse é um dos principais fatores a ser revertido pelo BCD, uma vez que este estimula a o desenvolvimento da economia na região onde atua. Conforme relato, a maioria do consumo é feito fora da comunidade isso deve ser revertido com educação e conscientização e através de uma ferramenta gerida pelo banco, a moeda social. A moeda social é lastreada pelo real e estimula a economia interna, uma vez que só pode ser trocada dentro do bairro de atuação do BCD.

As moedas sociais criadas via BCDs servem a dois propósitos básicos: como instrumentos de incentivo ao consumo (assim como os cartões de crédito e outras estratégias) os quais se tornam legítimos no território e entre os atores locais (consumidores, produtores e comerciantes); e como estimulantes de um novo tipo de relação com o dinheiro, pois o intuito é restaurar vínculos sociais degradados e propor um “novo tipo de organização da vida econômica local”, ousando “construir um novo tipo de sociabilidade”, diferente daquela baseada nas trocas mercantis e no interesse único de satisfação pessoal e material (FRANÇA FILHO; SILVA JR, 2009).

O BCD e a comunidade deverão sensibilizar os atores do território a consumirem dentro do bairro e a moeda social tem papel fundamental nesse processo. A aceitação da moeda social pelos comerciantes locais, conforme França Filho, Rio e Leal (2013), não é um processo fácil, e exige esforço por parte dos agentes de crédito para sensibilizá-los.

“Uma vez instituído o uso de um único meio de troca, sendo este de curso forçado (emitido pelo Estado), a implementação de outro instrumento torna-se um desafio. Além disso, quando o número de empreendimentos do território que aceitam a moeda social é reduzido, o circuito se torna curto e sua tendência é enfraquecer.” (FRANÇA FILHO; RIGO; LEAL, 2013).

Essa nova organização social da produção e do consumo incentivada pelo BCD pode ser desenvolvida baseada em um mapeamento da produção e do consumo, anterior a implementação do BCD. Assim se compreenderá melhor quais as demandas dessa comunidade, se precisa de crédito para fomentar os empreendimentos, se seria importante dispor de um correspondente bancário no BCD, entre outros. Com mais riqueza circulando pela comunidade, maior será a facilidade para o desenvolvimento coletivo local. A Universidade (que realizou a oficina) pode servir de apoio para a comunidade realizar esse levantamento.

A UFRGS, através do NEGA, pode vir a ser uma entidade de apoio no bairro Cascata, para isso precisa se posicionar como tal. Prévio a esse posicionamento, está fazendo uma análise sobre elementos que possibilitem a implementação de um BCD no local. Sua contribuição, até o momento, tem ocorrido através de oficinas junto à comunidade para levar o conhecimento dos propósitos do BCD e seu funcionamento, para futuramente auxiliá-los nesse possível processo. A universidade é mais um elemento favorável para a implementação do BCD na comunidade por aproximar as experiências dos BCD existentes junto aos habitantes do bairro Cascata, agregando conhecimento de experiências exitosas, já que detém estes, através dos estudos, pesquisas e relações que tem.

4.5 A RECEPÇÃO DA IDEIA DO BCD E SUA APROPRIAÇÃO PELA COMUNIDADE – SENSIBILIZAÇÃO INICIAL

A aproximação se deu a partir do interesse, várias vezes demonstrado, pelo grupo Misturando Arte de ampliar sua atuação na comunidade, sendo convidado a participar de um seminário sobre os BCDs, realizado pelo NEGA. Posteriormente, realizou-se um encontro com o grupo Misturando Arte que se mostrou interessado e combinou de chamar outros atores da comunidade, marcando-se uma oficina para apresentar a ideia.

Então, foi realizada uma oficina pelo NEGA junto a alguns representantes da comunidade para apresentar o que é um BCD, para que serve, bem como para, junto aos representantes, analisar a necessidade e os benefício de um BCD para aquela região.

Participaram dessa oficina três associadas do grupo Misturando Arte, quatro integrantes da AEPPA, uma representante do Clube de Mães e a diretora da Escola

Estadual Prof. Oscar Pereira, bem como integrantes do NEGA. Esses representantes do bairro cascata são tem como característica comum o reconhecimento de serem pessoas com histórico de organização e vontade de rearticular o bairro.

Foi nítido o entusiasmo dos representantes dessa comunidade com a ideia do BCD. Tanto é que ao final desta, esses representantes já começaram a debater sobre diversos assuntos: área englobada pelo BCD; onde será a sede do banco; a constituição de um fundo para o BCD.

Quanto à área englobada, surgiu uma dúvida, se o banco inicialmente englobaria apenas a vila 1º de Maio, com pouco mais de cinco mil habitantes, onde se localiza a escola estadual e o grupo Misturando Arte, ou se englobaria o bairro Cascata inteiro constituído pelas vilas, 1º de Maio, Embratel, Canudos, Calixto e Tabajaras. A sugestão colocada pelo autor é que o BCD integre o bairro inteiro desde o início, expandindo o seu poder de produção e consumo, visto que o Banco Palmas (experiência bem sucedida) iniciou suas atividades contemplando uma região com um número similar de habitantes. Essa decisão de contemplar uma área maior do que apenas a vila 1º de Maio poderá ser empreendida com o apoio da universidade e das vilas em conjunto que compõem o bairro.

Em relação ao local da sede do banco, a princípio percebeu-se uma dificuldade de encontrar um espaço físico para ser a sede do BCD. O banco precisará de um espaço em que desempenhará algumas de suas atividades. Essa sede não necessitará ser muito grande, no entanto, é interessante que seja de fácil acesso à maioria dos moradores. Nos comentários escutados na oficina, notou-se um pouco de preocupação quanto à escolha da sede por, aparentemente, não identificarem muitas opções.

Referente à constituição do fundo, ocasionou um debate na oficina sobre um obstáculo surgido para a criação de um banco. Diferente do diálogo sobre o local da sede, neste debate, eles iniciaram direcionando as factíveis soluções. As possíveis formas de arrecadar verba para a construção do fundo, já que o acesso ao crédito, que o BCD proporcionará, virá de um fundo constituído para circular na comunidade a fim de fomentar a produção e o consumo do bairro. Abaixo, vemos o relato feito, por uma representante do Misturando Arte, sugerindo uma maneira de constituírem o fundo do BCD que proporcionaria o acesso ao crédito e o lastreamento da moeda social: “pode haver uma reunião na nossa comunidade, inclusive aqui na escola,

aguçando a própria comunidade a juntar as PET's pra vender, pra começar a levantar esse fundo". A representante da escola sugeriu a ideia de incentivar os mais de 1.500 alunos a trazerem esse material reciclado para angariarem esse dinheiro com a venda do material. Outra ideia surgida foi a de fazer um almoço para a comunidade com preços baixos, para angariar fundos, como experiências já acontecidas e bem sucedidas desse tipo na comunidade.

Esta verba a ser adquirida é fundamental para o desenvolvimento do BCD, assim como para o desenvolvimento da comunidade. Percebe-se que o acesso ao crédito é um fator que poderá ser bastante utilizado pelos moradores, por ser um bairro com baixo poder aquisitivo. Empréstimos para produção, consumo ou habitação, que normalmente os BCD utilizam, dependem desse fundo, além da moeda social, que para não perder a validade, será mais vantajoso ser lastreada.

Ao termino da oficina o NEGA sugeriu a marcação de uma nova reunião para expor a ideia do BCD para mais pessoas do bairro, assim como para criar um processo de capacitação dos representantes pela Universidade, a fim de efetivar a implementação do BCD.

Outro elemento favorável na implementação de um BCD nesse território é o apoio da Escola Estadual Prof. Oscar Pereira. A diretora da escola colocou o colégio à disposição a todo o momento e mesmo, esta oficina, já aconteceu na escola estadual. Além da universidade, a escola é uma instituição que se relaciona com muitos moradores locais e tem um espaço importante nessa comunidade, tanto físico como político. A diretora gostou da ideia do banco e sempre disponibilizou o espaço do colégio, bem como os horários das aulas, para mobilizar os moradores através dos alunos e professores.

Abaixo visualiza-se um quadro sintetizando os elementos encontrados no bairro Cascata:

FIGURA 06 – Elementos encontrados no bairro Cascata

<i>FAVORÁVEIS</i>	<i>DESAFIOS</i>
• Histórico de Organização;	• Necessidade de Redinamizar a Organização Atual;
• Empreendimentos de Economia Solidária;	• Apropriar-se das Dinâmicas Produtivas;
• Entidades de Apoio;	• Ausência de Associação Comunitária;
• Produção Cultural;	• Ampliar o Envolvimento dos Atores Sociais da Comunidade;

Fonte: Autor, 2015.

Pelo exposto nesta análise, o resultado da pesquisa considera a região (bairro Cascata) propícia à implementação de um BCD. Os elementos favoráveis

proporcionarão suporte no processo do banco, que contribuirá para vencer os desafios e impulsionar o desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos como objetivo geral deste trabalho: analisar as perspectivas de implementação de um banco comunitário de desenvolvimento no bairro Cascata em Porto Alegre observando os elementos favoráveis e os desafios nesse processo. Pretendendo responder essa questão, visou-se atingir objetivos específicos para chegar nessa resposta. Em que medida se alcançou esses objetivos é o que se pretende abordar agora. O primeiro objetivo foi o de identificar a presença ou ausência de iniciativas associativas e esse objetivo foi respondido. Identificou-se que iniciativas associativas fazem parte do histórico desse bairro, porém algumas não estão em funcionamento, como a associação dos moradores, e outras estão em atuação no momento e são pontos favoráveis à implantação de um BCD na região, como o Misturando Arte, a AEPPA e o Clube de Mães.

O segundo objetivo era levantar as condições econômicas e sociais da região, esse objetivo foi atendido parcialmente, na medida em que foi possível ter uma prévia noção dessas condições. Um breve diagnóstico da situação atual econômica e social do bairro foi feito através de uma aproximação com a comunidade pela observação participante, coletas de dados secundários e por pesquisa documental, entretanto, não há, até o momento, uma ferramenta objetiva, como poderia ser um mapeamento de produção e consumo, para vir colaborar com esse levantamento. O bairro está empobrecido, por conseguinte, subdesenvolvido e com alto consumo externo à região, sendo este o principal desafio a ser superado pelo banco.

O terceiro objetivo pretendia revelar os empreendimentos de economia solidária na região, esse foi contemplado na entrevista realizada com uma integrante do movimento da economia solidária que indicou que só havia um EES efetivamente identificado com a ES, porém as práticas de organização que podem ser consideradas como atuantes perante os princípios da ES poderão ser reveladas com o mapeamento de produção e consumo que provavelmente será realizado antes da implementação do BCD.

O quarto objetivo era o de reconhecer algum grupo articulado e disposto a mobilizar a comunidade na implementação de um BCD. O grupo Misturando Arte se mostrou motivado e com capacidade de mobilizar a comunidade para esse processo de criação de um BCD no local. Todos os associados trabalham nesse EES tem a

percepção de que o bairro necessita se desenvolver e que um BCD poderá auxiliar na concretização desse propósito.

Ainda que sucinta, a análise pode identificar os principais elementos favoráveis para a implementação de um BCD na região, são eles; o histórico de organização da região, o grupo Misturando Arte como um articulador do BCD na comunidade por ser um EES já articulado com o movimento da ES e por ser capaz de mobilizar a comunidade, o apoio da UFRGS bem como o apoio da Escola Estadual Prof. Oscar pereira, situada na região, além do saber cultural presente no local.

Perceberam-se os principais desafios a serem resolvidos para a implementação do BCD: a necessidade de redinamizar a organização atual do bairro, sensibilizando para uma mudança cultural e transformando-a em uma cultura de cooperação solidária, voltada para o bem da coletividade; se apropriar das dinâmicas produtivas para poder articulá-las; a ausência de uma associação comunitária e ampliar o envolvimento dos atores sociais da comunidade. Outras definições necessárias prévias ao BCD são: a definição da abrangência, o local da sede e a constituição do fundo. Já surgiram algumas ideias para este último, porém a concretização é um obstáculo a ser superado.

As Sugestões deste trabalho são de a comunidade retomar as atividades da associação do bairro antes da criação do bairro, bem como, já iniciarem o processo de conscientização dos habitantes da região quanto à importância do consumo interno, porém, o BCD surge como apoiador na solução desses desafios e a moeda social forçará um aumento do consumo interno. Outra sugestão é a de o BCD englobar todo o bairro Cascata e não apenas a vila 1º de Maio, pois a integração de todas as vilas será benéfica no desenvolvimento local agregando maior poder de produção e consumo com pessoas identificadas com aquela região.

Em conclusão o que se observa mediante esta pesquisa é que o bairro Cascata é um território propício para a implementação de um BCD que incentivará a promoção do desenvolvimento local. A comunidade tem estrutura e suporte suficiente para superar as dificuldades e os desafios.

Faz-se necessário mencionar as limitações deste trabalho, como o número reduzido de entrevistados, bem como o processo encontrar-se em fase inicial de implementação. Todavia, acredita-se que os alcances dos objetivos propostos inicialmente não foram comprometidos. Sugere-se que posteriores pesquisas

contemplem as estratégias para o desenvolvimento de uma cultura de cooperação, além dos aspectos subjetivos que englobam os BCD, como a confiança nos atores envolvidos, na moeda local e no banco. As pesquisas subsequentes sobre estes temas ampliarão a compreensão sobre a realidade dos BCD e poderão aperfeiçoar esse instrumento social.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, n.76, p. 49-86, 2009.
- ANCOSOL, Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – Disponível em: <<http://www.ancosol.org.br/>> Acesso em: 09 Mai.2015.
- ARKEL, Henk et al. **Onde está o dinheiro?** Pistas para a construção do movimento monetário Mosaico. Porto Alegre: Dacasa, 2002.
- ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.
- BARBOSA, Rosangela N. C. **Trabalho e Economia Solidária**: elementos para pensar a desigualdade social. 62. Reunião Anual da SBPC. Rio Grande do Norte: UFRN, 2010.
- BAJOIT, Guy. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004.
- BRASIL. SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **POLÍTICAS SOCIAIS**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2011.
- BORDENAVE, Juan. **O que é participação**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade**: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó, SC. Argos, 2010.
- CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL – CAMP. Disponível em: <<http://camp.org.br/2014/05/02/texto-financas-solidarias-e-a-democratizacao-do-credito/>>. Acesso em: 14 set.2014.
- CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL – CAMP. **Cartilha dos Fundos Solidários**: contribuição sobre histórico, constituição e gestão. CAMP. Porto Alegre, 2012.
- COELHO, Franklin Dias. **A HISTÓRIA DAS FINANÇAS SOLIDÁRIAS**. In: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.
- CONFERÊNCIA Nacional de Economia Solidária. Documento Base. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. In: Cadernos Unijuí, 2006.

CRUZ, Antonio. **As condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil:** as tendências estruturais do mercado de trabalho. Campinas: arquivo eletrônico, 2002. 21 pp. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/nesic>> Acesso em: 01 nov.2014.

CORAGGIO, José Luis. **Ciudades sin rumbo.** Quito: Ciudad, 1991.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: MATO, Daniel (org.) Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: Faces, 2004. P. 95-110.

EDUCAÇÃO INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA PARA AUTOGESTÃO, Cooperativa (EITA). Disponível em <<http://eita.org.br/>> Acesso em: 10 out.2014.

FAUSTINO, Andrea Viana. **Por um sistema financeiro mais solidário: uma breve reflexão sobre as Finanças Solidárias no Brasil.** Santa Catarina, 2007.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária – Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=3&cd_language=1> Acesso em: 25 de out.2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. (a). **Bancos Comunitário de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias:** por uma outra abordagem da inclusão financeira. **Brasília: SENAES/MTE, 2013.**

_____; RIGO, Ariádne S.; LEAL, Leonardo P. (b). **Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Nordeste na Política Pública de Finanças Solidárias:** Apresentando a Realidade e Discutindo Proposições. In: EnANPAD, 2013, Rio de Janeiro. EnANPAD, 2013. V. 1

_____; SILVA JR. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento.** In: Dicionário Internacional da Outra Economia. 1 ed., Coimbra: Edições Almedina, 2009, v.1, p. 31-36.

_____. **A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local.** Organizações & Sociedade, XV (45), pp. 219-232, 2008.

_____; et al. (a). **Economia Solidária e Desenvolvimento Local:** reflexões à luz da experiência baiana. In: XIIIº Congresso Brasileiro de Sociologia. Trabalho, precarização e políticas públicas, 2007.

_____. (b). **Teoria e prática em economia solidária:** problemática, desafios e vocação. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, 2007.

_____. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular:** traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, 2003.

GERMER, Claus M. **A “economia solidária”**: uma crítica marxista. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR, 2006.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Rio de Janeiro: Edições Loyola, p. 121-170, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm> Acesso em: 28 set.2014.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. **Economia Popular**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.101-109.

LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo**: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, nº 69 pág. 31 a 51, 2009.

LISBOA, Armando M. **A emergência das redes de economia popular no Brasil. Economia Solidária**: o desafio da democratização das relações de trabalho. Dal Ri, Neusa Maria (org.). P. 55-89 – São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: foco na decisão. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2011.

MARCONATTO, Diego A. B. **A influência das três forças sociais sobre as atividades de avaliação, monitoramento e enforcement executadas por instituições de microfinança socialmente orientadas de empréstimos individuais em um país desenvolvido e em um país em desenvolvimento**. 2013. 471 f. Tese. (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política, livro I: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2013.

MELLUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Lua Nova* nº 17, pag 49 a 66, 1989.

MEYER, Nicolás. **As finanças solidárias democratizam o sistema financeiro**, 20 dez. 2011. Entrevista concedida à IHU On-line. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/504935-as-financas-solidarias-democratizam-o-sistema-financeiro-entrevista-especial-com-nicolas-meyer>>. Acesso em: 03 out.2014.

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. **Desafios da gestão de empreendimentos Solidários**. *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-84, jun. 2002.

_____; LOIOLA, Elizabeth; LIMA, Ana Luiza de Codes. **Perspectivas da gestão local do desenvolvimento:** as experiências de Salvador e Porto Alegre. VIII Encontro Anual da ANPUR. Porto Alegre: 1999.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran; DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: conceitos, características e sustentabilidade.** 140 f. Dissertação de mestrado em Administração, UFBA. Salvador, 2007.

PRIEST, Susanna Hornig. **Pesquisa de mídia:** introdução. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - Relatório do Desenvolvimento Humano. **Sustentar o Progresso Humano:** Reduzir as vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência, 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 15 jun.2015.

RAIMUNDO, Luciana et al. **FINANÇAS SOLIDÁRIAS E A LUTA CONTRA HEGEMÔNICA:** UM ESTUDO DE CASO DO BANCO COMUNITÁRIO UNIÃO SAMPAIO E DA AGÊNCIA POPULAR SOLANO TRINDADE. Dissertação. (Dissertação em Sociologia Política) - UFSC, Florianópolis, 2014.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO – BCDs. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>>. Acesso em 14 mai.2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Bancos comunitários e desenvolvimento territorial:** analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. Cadernos Gestão Social, v. 1, n. 1, p. 34-51, 2007.

_____. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da Asmoconp/Banco Palmas. 2004.** 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SINGER, Paul. (a). **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. (b). **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho.** In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (Org.) Gestão Social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

VASCONCELOS, Nilton. **BANSOL:** uma nova experiência em finanças solidárias. Bahia Análise & Dados, Salvador, v.12, n.1, p.131-139, 2002.

ZIKMUND, William G. **Princípios da pesquisa de marketing**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ELEMENTOS OBJETIVOS

- Grau de organização e articulação da comunidade;
- Organizações existentes;
- Aspectos das organizações associativas do bairro;
- Organização interessada e com capacidade de mobilização para implementar um BCD;
- Histórico de participação da comunidade;
- Atividades importantes para o desenvolvimento do bairro;
- Relação dos moradores com a comunidade;
- Potencialidades dos bancos comunitários;
- Os benefícios de se ter um banco comunitário no bairro;
- Dificuldades dos moradores do bairro em trabalhar;
- Problemas no bairro;
- Potencialidades do bairro;

ELEMENTOS SUBJETIVOS

- Vontade de construir soluções comunitárias;
- Lideranças e grupo coeso;
- Confiança da comunidade na organização interessada em construir soluções comunitárias;

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- Descrição do Entrevistado:
- Organização que trabalha:
- Função Desempenhada:
- Tempo na Função:

1. Histórico da Organização Misturando Arte?
2. Quais valores são importantes/principais para organização?
3. Como o Misturando Arte se articula com a comunidade? Com quais outras organizações do bairro se relaciona? Como é a relação com essas organizações?
4. Como surgiu a ideia do Banco Comunitário?
5. Quais os benefícios que pode ter de um BCD para esta comunidade?
6. Como pensam implementar? Quais organizações seriam parceiras neste processo?
7. Qual (is) auxílio(s) existe(m)?
8. Como pensam arrecadar a verba para iniciar o Banco?
9. Que ações têm sido realizadas no bairro para promover o desenvolvimento da comunidade? Como foram essas experiências?
10. Existem outros empreendimentos de Economia Solidária no Bairro?
11. Há Feiras de ES no Bairro?
12. Quais as Potencialidades do bairro;
13. O que há de produção dentro do bairro? No que as pessoas trabalham?
14. Qual o nível de desemprego no bairro?
15. Aonde os moradores mais consomem?
16. Quais as demandas?
17. Quais os Problemas no bairro;

APÊNDICE B - ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

O ambiente:

- Localização;
- Relação entre o ambiente interno e externo;
- Relação das pessoas com espaço;
- Distância/proximidade entre pessoas de um grupo num determinado espaço;

A (S) Linguagem(s):

- Verbal e não verbal;

O(s) relacionamento(s) das pessoas no grupo:

- As pessoas observadas entre si;
- Nível de participação dos representantes comunitários;
- Relação com as entidades de apoio;

ANEXO

Tabela 01 – Oito degraus da escada da participação-cidadã

8	Controle Cidadão	Níveis de Poder Cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de Concessão Mínima de Poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não Participação
1	Manipulação	

Fonte: (ARNSTEIN, 2002)